



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Raysa Müller Spaniol

**Emancipação Cidadã e Reinserção de Pessoas em Situação de Prostituição no
Mercado de Trabalho Através da Educação:** desafios e algumas possibilidades de
políticas públicas

Florianópolis
2025

Raysa Müller Spaniol

Emancipação Cidadã e Reinserção de Pessoas em Situação de Prostituição no Mercado de Trabalho Através da Educação: desafios e algumas possibilidades de políticas públicas

Trabalho de Conclusão de Licenciatura submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.a. Dra. Alinne de Lima Bonetti

Florianópolis

2025

Spaniol, Raysa Müller

Emancipação cidadã e reinserção de pessoas em situação de prostituição no mercado de trabalho através da educação : desafios e algumas possibilidades de políticas públicas / Raysa Müller Spaniol ; orientadora, Alinne de Lima Bonetti, 2025.

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Prostituição. 3. Educação. 4. Trabalho. 5. Políticas públicas. I. Bonetti, Alinne de Lima. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Raysa Müller Spaniol

Emancipação Cidadã e Recolocação de Pessoas em Situação de Prostituição no Mercado de Trabalho Através da Educação: desafios e algumas possibilidades de políticas públicas

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Local UFSC, 3 de novembro de 2025.

 Documento assinado digitalmente
EDUARDO VILAR BONALDI
Data: 16/12/2025 10:33:06-0300
CPF: ***.948.108-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso

Banca examinadora

 Documento assinado digitalmente
Alinne de Lima Bonetti
Data: 16/12/2025 10:24:20-0300
CPF: ***.807.980-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Alinne de Lima Bonetti, Dr.a

Orientadora

 Documento assinado digitalmente
Thais de Souza Lapa
Data: 16/12/2025 11:41:24-0300
CPF: ***.488.108-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Thais Lappa, Dr.(a)

Instituição UFSC

 Documento assinado digitalmente
ADRIANA ANGERAMI
Data: 16/12/2025 11:28:01-0300
CPF: ***.818.028-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Adriana Angerami

Instituição UFSC

Florianópolis, 2025

Dedico este trabalho a Sirlei, por nunca ter me deixado na mão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, pela ajuda material, pela base escolar e educacional e por terem me proporcionado a vida neste plano de existência. A minha mãe, por me mostrar pelo exemplo a importância de ser uma mulher independente e com responsabilidade financeira, e por ser meu primeiro exemplo de mulher feminista, mesmo que não saiba disso. Pelo *acro-yoga*, pelo abacate batido com açúcar e canela, pelo par de *rollers*, pela bicicleta, pelos gatos, e pelo livro “O Pedágio Fantasma”, do qual você nem deve se lembrar, mas eu gostei muito. A meu pai, por me mostrar que é possível: sair de um contexto não ótimo para outro muitas vezes melhor e atingir grandes conquistas, mesmo quando as chances parecem contra; contribuir largamente para melhorar sua comunidade, e seguir aprendendo e metamorfoseando ao longo da vida. Pelo violão, pelo skate, pelo aparelho nos dentes, por me ajudar a conquistar minha autossuficiência financeira e por continuar me ajudando com algumas coisas e me motivando.

A minha dupla de estágio de licenciatura, Augusto, pela ajuda com o estágio, com referências para este trabalho e por sempre estar ali para ajudar.

A minhas e meus demais colegas, por me acompanhar na caminhada, em especial Carol, que também me ajudou com referências.

A Lucie, por consertar meu armário e por ter cozinhado pra mim quando eu não encontrava forças para.

A minhas amigas e amigos. Primeiramente a Raissa, por me emprestar o *notebook*, por ser muito parceria e muito *firmeza*, e pelas caronas. Também a Marina, Paula, Fabiane (pelas referências também), Monique, Diane, Anahí, Valentina, Priscila, Alyeska, Tamira, Bruna, Rafaela, Laura, Fernanda, Anita, Aysha, Amanda, Mary, Érica, Michelle, Maria Elisa, Cassius, Paolo, Paulo Ramon, Kawata, Thiago, Brian. E a Betinho (*in memoriam*), por me fazer rir muito e por me ensinar a levar a vida com leveza e espirituosidade com seus *memes* irreverentes. Betinho, tua contribuição também foi fundamental na minha vida. Todo mundo que foi tocado por ti, com certeza o foi profundamente. Jamais te esqueceremos.

A Rafael, por ter me incentivado a cursar Ciências Sociais, por trazer os gatos mais lindos pra minha vida, pelas risadas e pela diversão, pelos filmes e livros que expandiram minhas percepções, pelas viagens e pela parceria por anos.

E a todos meus ex-amores, por involuntariamente me ensinarem o que não aceitar.

“A mulher em situação de prostituição tem que
poder sonhar.”

Cleone Santos

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar a vulnerabilidade social específica da população que se encontra em situação de prostituição, e mapear possibilidades e desafios de políticas públicas com vistas a emancipação cidadã e econômica dessa população e de sua reinserção no mercado de trabalho formal através da educação formal e de treinamento profissional. O método utilizado foi revisão de bibliografia relacionada. Os resultados apontam que essas são necessidades e demandas urgentes dessa parte da população, que se encontram social e legalmente invisibilizadas e ignoradas, e também que seus direitos humanos estão sendo negados pelo poder público pela negligência. Ademais, indica que a população em questão sofre altíssimos índices de violência, e que a larga maioria deseja escapar dessas condições, porém encontra imensa dificuldade por uma série de fatores, e pouquíssima ajuda. Por fim, foi encontrado que, embora repletas de desafios e complexidade, são necessidades e demandas plenamente possíveis de serem atendidas, conforme demonstrado em exemplos de programas estrangeiros com resultados de sucesso.

Palavras-chave: prostituição; educação; reinserção; mercado de trabalho; políticas públicas;

ABSTRACT

This study aims to demonstrate the specific social vulnerability of the population in a situation of prostitution, and to map out possibilities and challenges for public policies aimed at the civic and economic emancipation of this population and its reintegration into the formal labor market through formal education and professional training. The method used was a review of related literature. It was found that these are urgent needs and demands of this part of the population, which are socially and legally invisible and ignored, and that they are also human rights of this population that are being denied by the government due to negligence. That the population in question suffers from extremely high rates of violence, and that the vast majority want to escape these conditions, but encounter immense difficulty due to a series of factors, and very little help. Finally, it was found that, although full of challenges and complexity, these are needs and demands that can be fully met, as demonstrated in examples of more advanced foreign programs with successful results.

Keywords: prostitution; education; replacement; job market; public policy;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
ES	Educação Social
OAP	Organização de Ajuda à Prostituição
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDC	Programa de Desenvolvimento de Carreira
PRP	Programa de Reabilitação da Prostituição
EJA	Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	13
2 ESTATÍSTICAS, BAIXA ESCOLARIDADE E VULNERABILIDADE.....	15
2.1 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE FÍSICA, PSICOLÓGICA E SOCIOECONÔMICA	16
2.2 DESEJO DE SAIR E DIFICULDADES DA ROTA DE SAÍDA.....	22
2.3 DESCASO DO PODER PÚBLICO E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
2.4 MATERNIDADE.....	27
3 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO.....	29
3.1 EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA: EDUCAÇÃO E RENDA.....	29
3.2 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO CIDADÃ, POLÍTICA E HUMANA.....	30
4 DESAFIOS E POLÍTICAS - ÂMBITO INTERNACIONAL.....	32
4.1 ALGUNS EXEMPLOS INTERNACIONAIS DE PROGRAMAS.....	33
4.1.1 Estados Unidos.....	33
4.1.2 Austrália.....	37
4.1.3 Canadá.....	37
5 DESAFIOS E EXEMPLOS NACIONAIS E O COLETIVO MULHERES DA LUZ.....	40
5.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DESAFIOS.....	40
5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL, O PAPEL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA ESCOLA E DESAFIOS.....	43
5.3 ALGUMAS OUTRAS PROPOSTAS.....	44
5.4 O QUE PODEMOS APRENDER COM CLEONE SANTOS E O COLETIVO MULHERES DA LUZ.....	46
6 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a utilização da educação para uma emancipação cidadã, política e humana de pessoas em situação de prostituição e para sua recolocação no mercado de trabalho, possibilitando um meio alternativo de vida. Segundo o site Origem da Palavra (2024) a palavra “prostituição” deriva do latim *prostituere*, de *pro*: “à frente”, mais *stituere*, “colocar, instalar”. Segundo o dicionário Priberam (2024), o verbo “prostituir” se define pela oferta de *favores sexuais* com o objetivo de obter lucro. Também define a palavra como perda ou retiro da dignidade, ou colocação de interesses materiais à frente de princípios ou ideais. Aqui faremos uso da primeira definição.

Embora a prostituição seja exercida por diferentes pessoas, este trabalho se ocupa de mulheres ou meninas. A população que faz uso da prostituição é conhecida por ser composta quase inteiramente por homens, de diferentes estratos sociais. Uma política pública em auxílio a essa população pode ser considerada, portanto, uma política pública para mulheres e meninas.

Em termos históricos, segundo Oliveira *et al.* (2017), não há um consenso a respeito do período do qual data a origem da prostituição. No entanto, segundo os mesmos, “a origem da prostituição comercial esteve atrelada ao desenvolvimento de uma sociedade patriarcal em que a mulher que não estivesse vinculada a uma figura masculina era vista como prostituta” (p. 160). Os autores fazem ainda um paralelo entre esse fator e o histórico das mulheres em prostituição que entrevistaram, em que a maioria foi criada sem assistência do pai. Assim, evidencia-se a conexão da prática com uma ordem de sociedade de cunho patriarcalista.

Já Pateman (1988) coloca a indústria do sexo como definidora de uma sociedade que podemos chamar de inerentemente masculinista, patriarcal: que as práticas masculinas são projetadas para que os homens alcancem a compreensão de que são masculinos na medida em que não são femininos, almejando apresentação de si mesmos dessa forma; e que uma das maneiras mais diretas pelas quais podem estabelecer essa diferença é através da indústria do sexo, em que as mulheres são apresentadas e usadas como subordinadas sexualmente, atendendo ao que denomina “direito sexual masculino” (Pateman, 1988, p. 194, tradução livre). Jeffreys (1997) corrobora, colocando que a prática da prostituição possui um papel em toda a subordinação da mulher na sociedade; com seu efeito indo muito além, portanto, das pessoas diretamente envolvidas e colocando-se como uma questão social geral.

O tema da prostituição é um tema gerador de controvérsias na área das ciências sociais. Tendo esse contexto no horizonte, conforme demonstraremos adiante, foi identificado por estudos que a maioria das pessoas em prostituição deseja deixá-la (Farley *et al.*, 2004; Silva *et al.*, 2013; Senna, 2018). Porém, deparam-se com barreiras psicológicas e materiais no caminho dessa ânsia. Sob esse prisma, neste trabalho buscamos mapear propostas de políticas públicas, sobretudo no que se refere ao âmbito educacional, voltadas à promoção de alternativas para a saída da prostituição.

Neste trabalho utilizo, embora não exclusivamente, o termo “situação de prostituição”. O termo advém do Coletivo Mulheres da Luz, que trabalha com mulheres que realizam a prostituição, estudado neste trabalho. É utilizado por Cleone Santos, sua fundadora, que declarou “eu já estive em situação de prostituição, vivi por quase vinte anos em situação de prostituição” (Azevedo; Almeida, 2024, p. 188).

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho busca demonstrar através de dados quantitativos e qualitativos, encontrados na literatura científica, a vulnerabilidade social específica da população que se encontra em prostituição. Assim como demonstra a existência de necessidade e demanda específica de auxílio societário e governamental, almejando emancipação política e cidadã dessas pessoas, e sua realocação no mercado de trabalho através da educação formal e treinamento profissional.

Investiga, ainda, os desafios na busca do cumprimento dessas demandas. Oferece exemplos de projetos já realizados e, com vista aos desafios identificados e nos dados empíricos encontrados, busca esboçar algumas possibilidades de políticas públicas para lidar com essa questão social. Demonstra, finalmente, a necessidade de conscientização da sociedade a respeito do tema.

O capítulo *Estatísticas, Baixa Escolaridade e Vulnerabilidade* trará as estatísticas encontradas sobre escolaridade e prostituição no Brasil, e estatísticas referentes à violência e vulnerabilidade na atividade da prostituição de modo geral, não só no Brasil, visto que na literatura científica estrangeira encontramos estudos de maior escopo referentes a esse tema. O capítulo levantará dados e relatos a respeito do desejo de deixar a prostituição e de dificuldades para realizá-lo; abordará a questão da ausência de políticas públicas para esse propósito, e a questão da maternidade como um motivador e fator a se considerar na elaboração dessas políticas.

O capítulo *Educação como Ferramenta de Emancipação* trata de como a ferramenta da educação pode proporcionar uma emancipação econômica, possibilitando uma alternativa à prostituição, e de como a mesma pode proporcionar também uma emancipação cidadã, política e humana, para a população em geral e em especial para grupos vulneráveis, como o aqui estudado.

O capítulo *Desafios e Políticas - Âmbito Internacional* traz alguns exemplos estrangeiros de programas de auxílio e transição para pessoas advindas da prostituição, para mostrar o que podemos aprender com eles, tanto em termos de desafios quanto de políticas bem-sucedidas.

Por fim, o capítulo *Desafios e Exemplos Nacionais e o Coletivo Mulheres da Luz* foca no Brasil, tratando dos desafios das políticas existentes no país para educação de jovens e adultos, para populações vulneráveis e para a população estudada; do papel da escola para conscientização sobre a questão e dos desafios que enfrentamos a nível nacional para cumprir esse papel; de algumas ideias e exemplos nacionais de políticas públicas para a proposta deste trabalho; e do exemplo do Coletivo Mulheres da Luz, seus objetivos, metas já concretizadas, e desafios encontrados pelo grupo ainda a superar, para nos servir de guia.

2 ESTATÍSTICAS, BAIXA ESCOLARIDADE E VULNERABILIDADE

Realizei uma pesquisa sobre prostituição e estatísticas nas plataformas Scielo, Capes, Google Acadêmico e Banco Digital de Teses e Dissertações. Busquei pelas palavras-chave “prostituição dados”, “prostituição estatísticas”, “trabalho sexual dados” e “trabalho sexual estatísticas”. Não encontrei dados representativos da população brasileira em todos os resultados na plataforma Scielo e nos 100 primeiros resultados de cada uma das demais plataformas, somente dados referentes a pequenas pesquisas em diferentes cidades do país. Portanto, não encontrei uma estimativa do número de pessoas, proporções em áreas rurais ou urbanas, níveis de escolaridade, idade, sexo, raça etc. Souza *et al.* já haviam observado, a respeito das pessoas em situação de prostituição, que “há uma insuficiência de dados, a nível nacional, sobre o perfil socioepidemiológico” (2021, p. 1). Sousa (2024), similarmente, observou a ausência de dados oficiais no Brasil sobre essa população. Traremos alguns dos dados quantitativos e qualitativos encontrados sobre escolaridade, violência e formas de vulnerabilidade na prostituição, nacional e internacionalmente.

Em Belo Horizonte, por exemplo,

Uma pesquisa da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), realizada com mulheres em situação de prostituição de Belo Horizonte, apontou que [...] estão entre 18 a 26 anos de idade, sobre o nível social econômico, 70% tem o nível social médio-baixo e outras 30% pobre. O nível escolar predominante entre elas, 70% tem o ensino fundamental incompleto, 10% ensino médio completo e 10% médio incompleto. (Senna, 2018, p. 4)

Dados muito similares também foram encontrados pelo projeto Força Feminina, que atua junto a mulheres em situação de prostituição na cidade de Salvador-BA. 64,6% das participantes do projeto tinham o Ensino Fundamental Incompleto, e somente 5,2% tinham completado o Ensino Médio (Senna, 2018).

Tais dados são muito discrepantes e muito abaixo da totalidade da população brasileira, na qual, entre pessoas de 25 ou mais anos de idade, somente 27,1% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, ou seja, em proporção, menos da metade das participantes do Força Feminina, e 30,6% possuem o Ensino Médio completo, ou seja, quase 6 vezes mais que as participantes (IBGE, 2023).

Um estudo importante sobre prostituição e níveis de escolaridade é o de Molina (2021). A autora realizou uma revisão bibliográfica sobre níveis de escolaridade

encontrados nos estudos sobre prostituição publicados entre 2015 e 2019 no Banco Digital de Teses e Dissertações. Um achado do estudo “diz respeito a maior presença da evasão escolar entre a última etapa do ensino fundamental e o ensino médio, bem como uma parte de pessoas que concluíram a educação básica e o ensino superior” (Molina, 2021, p. 1). Coloco como fundamentais suas palavras, ao reforçar que “a evasão e abandono escolar são violações de direitos de crianças e adolescentes tanto quanto a exploração sexual deles” (Molina, 2021, p. 15).

Quanto à população autoidentificada como travesti ou transgênero em prostituição, a organização AfroReggae (2013) realizou uma pesquisa com 76 pessoas dessa população a quem assistia, e constatou que 78,9% não tinham concluído o Ensino Médio e 48,7% não possuíam o Ensino Fundamental completo.

Prostituição, portanto, pode ser associada a níveis baixos de escolaridade, bem abaixo da média. Ressalto, entretanto, a necessidade de estudos de amplo escopo no país refinando e qualificando essas estatísticas.

Quanto à exploração sexual infantil, diferentemente, encontramos dados muito mais sólidos, pois há um projeto de mapeamento para combate dessa violência que é criminalizada no Brasil, sob pena de reclusão de 4 a 10 anos, pelo artigo 218-B do Código Penal (Brasil, 1940). A Polícia Rodoviária Federal, através do Projeto Mapear, identificou em 2024 17.687 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes junto às rodovias federais. 2.566 são classificados como de alto risco, e 807 como críticos (PRF, 2024).

Cabe destacar que, embora a prática da prostituição não seja criminalizada no Brasil, o rufianismo, ou o ato de tirar proveito da prostituição alheia, é crime pelo artigo 230, sob pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa (Brasil, 1940). No entanto, o Estado, além de não o reprimir, faz vista grossa às casas de prostituição e à figura do cafetão, como já apontado na literatura (Machado *et al.*, 2017), e é fato de amplo conhecimento da população.

2.1 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE FÍSICA, PSICOLÓGICA E SOCIOECONÔMICA

Um estudo de 2004, que entrevistou 854 pessoas que estão ou estiveram em situação de prostituição em 9 países em 5 continentes, encontrou números estarrecedores e largamente fora do comum da média da população geral para esta

população em relação à violência e vulnerabilidades (Farley *et al.*, 2004). Das pessoas respondentes, enquanto em prostituição, 71% sofreram violência física; 63% sofreram estupro; 64% já foram ameaçados com uma arma; 75% esteve em situação de rua em algum ponto de suas vidas (com um mínimo de 55% no México, e máximo de 89% na Zâmbia); 68% preenchia os critérios para estresse pós-traumático; 59% relatou ter sofrido agressão física até ponto de ferimento na infância; 63% relatou ter sofrido abuso sexual na infância, com uma média de 4 perpetradores por criança (Farley *et al.*, 2004). O estudo ressalta ainda a probabilidade de que essas estimativas de violência sejam conservadoras, e que a incidência de violência real seja maior que a encontrada, visto que foi assumido que respondentes que deixaram itens em branco não experienciaram a violência em questão, e também que as mulheres que experienciaram as violências mais extremas em prostituição não foram representadas na pesquisa (Farley *et al.*, 2004).

47% já ficaram transtornados por tentativas de fazer o que outros viram em pornografia, e 49% relataram pornografia ter sido feita delas. Ainda, a 315 pessoas entrevistadas foi perguntado sobre experiência com abuso verbal em prostituição, e 88% relatou tê-lo sofrido (Farley *et al.*, 2004). O estudo aponta ainda para um estudo anterior de 1998 realizado pela mesma equipe, que apontou que 61% das pessoas em prostituição em 5 países relataram um problema físico de saúde (Farley *et al.*, 2004, p. 49).

O estudo fez ainda um comparativo de sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) de respondentes do estudo com estudos feitos com veteranos de guerra, e com população de controle. Foi encontrada média maior que de veteranos de guerra, solicitando tratamento ou não, e significativamente maior que da população de controle, sendo mais que o dobro que a população de controle que não havia experienciado abuso sexual nem físico (Farley *et al.*, 2004). É interessante mencionar que não foram encontradas diferenças significativas na incidência de TEPT entre pessoas entrevistadas pelo estudo referente a serem mulheres, homens ou travestis/transidentificados. O estudo aponta ainda que a severidade dos sintomas de TEPT em participantes se encontrava na mesma faixa que de mulheres vítimas de violência doméstica buscando abrigo, sobreviventes de estupro, e refugiados por tortura estatal, encontrados em outros estudos (Farley *et al.*, 2004).

Muitas disseram ter sido enganadas, sequestradas, ou traficadas para a prostituição, o que contribui para seu estresse. Comparando prostituição com morte, uma mulher disse “Por que cometer suicídio? Ao invés, vou trabalhar em prostituição” (Farley

et al., 2004, p. 53, tradução nossa). Outra, canadense, declarou que “o que estupro é para outros, para nós é normal” (*idem*, p. 60, tradução nossa).

Insatisfação pela condição em si, apesar e independentemente da violência para além da atividade, do estigma e da exclusão social, é relatada ou constatada na literatura; por exemplo, no estudo de Silva *et al.*; no relato de uma entrevistada em “A Dura Vida de Uma Vida Fácil | documentário sobre prostituição”; e no desabafo de uma mulher em prostituição da Tailândia, respectivamente:

(...) quando questionadas em relação ao que mais as incomodava em seu trabalho, as entrevistadas relataram o próprio ofício, ou seja, o fato de ter que manter relações sexuais com qualquer pessoa disposta a pagar por isso. (Silva *et al.*, 2013, p. 234)

Eu odeio ter que aturar uma pessoa que eu acabei de conhecer em cima de mim, me beijando, me lambendo. É nojento. (Youtube, 2013)

Eu odeio que eu tenho que fazer sexo com alguém que eu não gosto ou não amo (Farley *et al.*, 2004, p. 60, tradução livre).

Corroborando a constatação, Farley *et al.* (1998) não encontraram diferença na incidência de TEPT entre prostituição de rua ou de bordel, o que sugere uma natureza intrinsecamente traumatizante da prostituição, independente da mediação e presença ou não de exploração da figura do cafetão.

Tais relatos e achados, juntamente com os de desejo por saída, que abordaremos em seguida, fazem cair por terra o mito da prostituta por escolha como padrão, que seria uma absoluta minoria, algo constatado também nas respostas dadas à já mencionada pesquisa da FUMEC com mulheres em prostituição na cidade de Belo Horizonte – MG: “Na questão ‘por que optou fazer programa’, 80% optaram por fazer programa por falta de emprego e 20% por curiosidade” (Senna, 2018, p. 4). É importante também termos ciência do viés de desejabilidade social constatado em pesquisas em ciências sociais, que faz respondentes darem respostas em algum nível alinhadas com o que pensam que vai ser melhor para sua imagem, mesmo em pesquisas anônimas, o que sugere uma porcentagem real possivelmente ainda maior das que enveredaram para esse caminho, em parte ou totalmente, por vulnerabilidade empregatícia.

Ainda no estudo de Farley *et al.*, entre 100 mulheres canadenses que então se encontravam em prostituição, 76% relataram ferimentos decorrentes de violência em prostituição, com 53% tendo sofrido ferimentos traumáticos na cabeça. Os ferimentos relatados incluíam esfaqueamentos e surras, concussões, ossos quebrados (mandíbula,

costelas, clavícula, dedos, coluna, crânio). Os ferimentos na cabeça foram relatados como resultado de agressões violentas com tacos de *baseball*, pés de cabra, ou por ter suas cabeças jogadas contra paredes ou contra painéis de carros (Farley *et al.*, 2004).

Interessantemente, o estudo aponta que, depois que as mulheres deixam a prostituição, a consciência da severidade da violência anteriormente sofrida aumenta. Por exemplo, 95% das mulheres que deixaram a prostituição relatam terem sofrido ferimentos violentos, incluindo a mesma taxa de ferimentos na cabeça, uma proporção relatada 19% maior do que as que ainda se encontravam em situação de prostituição para ferimentos em geral, e 42% maior para os ferimentos na cabeça. O que seria esperado, segundo observações do estudo de que indivíduos traumatizados tendem a minimizar ou negar suas experiências, especialmente quando ainda passando pelo trauma. Devido a esse fator, estimam que, baseado em estudos anteriores citados no estudo, a verdadeira taxa de estupro na infância dessa população seja mais próxima de 85% (diferentemente da taxa de 63% encontrada) (Farley *et al.*, 2004).

Referente a esses achados, uma mulher descreveu uma “*mentalidade prostituinte*” (Farley *et al.*, 2004, p. 57, tradução nossa) que começou depois de ter sofrido estupro por vizinhos e membros da família, a partir dos 9 anos de idade até a adolescência, quando passou a se prostituir de fato.

Cabe não deixar de mencionar a colocação dos pesquisadores Leon e Shdaimah de que o grupo de defesa legal para pessoas em prostituição que estudaram focava na prevenção, baseando-se em suas experiências entrevistando clientes sobre seus históricos. Por exemplo, uma advogada disse: “Criem programas nas escolas para estudantes que são vítimas de abuso, visto que é ali o começo do efeito bola de neve que geralmente leva a mulheres envolvidas na indústria do sexo” (2012, p. 265, tradução nossa). A recomendação da advogada vai de encontro ao conceito da criação da *mentalidade prostituinte*, por Farley *et al.*, (2004), mencionada no parágrafo acima, com processos psicológicos similares já encontrados e descritos pela literatura (Jeffreys, 1997). Similarmente, segundo a organização sueca PRIS – *Prostitutes' Revenge In Society* (“A Vingança das Prostitutas na Sociedade”), pesquisas em prostituição relatam inequivocadamente que, em muitos casos, há uma conexão entre experiências anteriores de estupro e prostituição; entretanto, que isso é tabu entre prostitutas ativas (PRIS, 2025). Alguns exemplos de tais pesquisas são as de Silbert e Pines (1981, 1983), na qual 70% das pessoas entrevistadas disseram que estupro na infância teve influência em sua entrada na prostituição; uma estimativa conservadora da idade média de recrutamento

para a prostituição nos Estados Unidos é de 13 a 14 anos (Silbert; Pines, 1982; Weisberg, 1985). 47% das pessoas respondentes do estudo de Farley *et al.* em 9 países reportaram ter menos de 18 anos quando iniciaram na prostituição (2004, pp. 40-41).

O estudo de Farley *et al.* aponta também incidência de depressão como quase universal entre mulheres prostituídas. Por exemplo, Raymons, Hughes e Gomez (2001) encontraram que 86% das mulheres traficadas nacionalmente e 85% das traficadas internacionalmente experienciaram depressão.

No Brasil, uma pesquisa com mulheres em prostituição de Porto Alegre também encontrou taxa alta de depressão nessa população. Constatou que, dentre as entrevistadas, 67% apresentavam sintomatologia depressiva, sendo 47,4% moderada a grave. Os autores consideram os dados preocupantes ao compará-los com a prevalência de transtornos depressivos encontrada na população feminina de Porto Alegre, apenas de 14,5% (Schreiner *et al.*, 2004).

Farley *et al.* (2004) avaliaram a perda de identidade enquanto indivíduos por parte de pessoas prostituídas, de maneira similar a pessoas escravizadas ou aprisionadas em campos de concentração, tornando-se primariamente o que mestres ou clientes querem que sejam. Como disse uma mulher sobre prostituição, “É danoso internamente. Você se torna na sua própria mente o que essas pessoas fazem e dizem com/para você” (p. 58, tradução nossa). Similarmente, essa entrevistada confessa:

Eu sinto que eu imagino como pessoas que estiveram em campos de concentração se sentem quando saem... é uma dor real profunda, uma agressão à minha mente, meu corpo, minha dignidade como ser humano. Eu sinto como se o que foi tirado de mim na prostituição seja irrecuperável (Giobbe, 1991, *apud*. Jeffreys, 1997, tradução nossa).

A literatura brasileira, embora com escopo menor, apresenta achados similares. Quanto à infância e relações familiares pregressas, a pesquisa da Fundação Mineira de Educação e Cultura com mulheres em prostituição em Belo Horizonte “apontou que 80% destas mulheres tiveram uma infância ruim e tem uma relação familiar muito ruim, algumas não têm pai e nem mãe, outras apenas mãe ou são sozinhas no mundo.” (Senna, 2018, p. 4)

Botelho (2003), ao entrevistar jovens em situação de prostituição, similarmente, revela relações familiares de alto conflito, e em condições duras, em todas as 4 experiências relatadas pelas entrevistadas. Metade já não tinha mãe, tendo no máximo 24 anos de idade. Podemos avaliar um pouco de seus históricos, evidenciando o quanto são

similares entre essas jovens:

Com 5 anos, 5 anos ... Só era eu, minha mãe só era amante do meu pai, né? ... Saber? Bem depois, já com quase 15 anos (A1).

Eu acho que o abandono da minha mãe ... minha mãe eu acho que me motivou ... Acho que o abandono da minha mãe que me fez ... a revolta de às vezes ter que perguntar alguma coisa e não ter uma mãe para perguntar (A1).

Eu não tenho mãe, ... minha mãe faz 7 anos que faleceu. Sentir falta dela eu sinto (...) (A2).

Tudo foi partir que havia muitas brigas. O meu pai não tem condições que preste pra cuidar de uma criança, ele não teve condições nem pra cuidar de *nós* que é filho. Ele só sabia de violência, de brigar e xingar, ... por mais que eu passava por cima, ele vinha e me humilhava cada vez mais (A3).

... uns 8 ou 9 anos de idade, não me recordo bem, ... fiquei sabendo que meu pai não era meu pai, ... uma criança se revolta por saber que o pai não é o verdadeiro" (A4).

... ficar numa família que a minha irmã me chama de bastarda, ... pô minha mãe já morreu. Simplesmente ocorreu um assassinato, jogaram a minha mãe do quinto andar. Eles me tratam como uma filha bastarda só porque eu não sou da cor deles, não tenho o sangue deles" (A4).

Como eu não tinha uma família unida, ... eu tive mesmo que ter entrado, foi por necessidade, ... (A4). (pp. 92-93)

Embora pouco estudado, é importante colocar também a nítida relação entre prostituição e raça. Grupos racializados têm maior prevalência em qualquer população vulnerabilizada, e com prostituição não poderia ser diferente. Scully (2001) aponta que a prostituição de mulheres aborígenes ocorre globalmente, epidemicamente, com mulheres indígenas na base de hierarquias sexuais racializadas na prostituição. Farley *et al.* (2004) acharam evidentes os efeitos da colonização de povos originários pela sua sobre-representação na prostituição no Canadá: 52% das respondentes eram de povos originários, numa comunidade onde as estimativas oficiais da população de povos originários é de somente 1,7 a 7% (p. 38). No Brasil, são necessárias pesquisas identificando a proporção de pessoas negras e indígenas nessa população. Uma confirmação oficial dessa sobre-representação demonstraria que políticas voltadas a esse setor representam também políticas de promoção às populações negra/indígena e pelo combate à desigualdade racial.

Podemos resumir e ilustrar essa questão com as palavras de Verardo *et al.* (1999):

O imaginário da prostituta é constituído de vivências de morte. Morte social, pela

percepção da exclusão de sua família do contexto da sociedade; morte de sua família, quando vivencia violências incestuosas; morte de seu eu, quando depara com as enormes dificuldades de ser socialmente aceita. A prostituta vivencia então escuridão, vazio, caos, indefinição e medo. Como consequência do impulso para a auto-conservação, ela tende a isolar-se em si mesma. [...] ela carregará o fardo de ser prostituta mesmo quando não estiver trabalhando. Ser prostituta é um estigma que marcará, real e simbolicamente, sua forma de ser e estar no mundo (p. 89)

2.2 DESEJO DE SAIR E DIFICULDADES DA ROTA DE SAÍDA

É documentado que a vasta maioria das pessoas em situação de prostituição deseja abandoná-la, porém, encontra muita dificuldade: o já mencionado amplo estudo de Farley constata que 89% das pessoas respondentes desejavam deixar a prostituição, porém não viam outras opções para sobrevivência (Farley *et al.*, 2004).

Smith (2025), por sua vez, realizou uma meta-análise do desejo manifestado de deixar a indústria do sexo encontrado em publicações científicas. O autor realizou uma pesquisa bibliográfica nos sites de publicações científicas Google Scholar, Science Direct, Cochrane Library, Ovid e Pub Med com os seguintes termos em inglês: “saída de trabalhador/a do sexo”, “saída da prostituição”, “desistência do trabalho sexual” ou “desistência da prostituição” (tradução nossa), na qual encontrou 8 estudos com dados de questionários a pessoas na indústria do sexo inquirindo a respeito de desejo de deixar a indústria. Foi encontrada uma média de 78,47% de resposta afirmativa à questão (Smith, 2025). Cabe colocar que o estudo de Farley *et al.* de 2004 foi um dos 8 analisados, com a maior amostra representativa questionada, cujo número de pessoas entrevistadas supera a pesquisa com o segundo maior número por mais que o dobro, e sendo a única das oito realizada em mais de um país (realizada em 9 países).

Dado tal número, o autor pondera: "Se alguém deseja deixar a prostituição, mas não consegue por estar presa a dificuldades financeiras, como isso pode ser considerado algo diferente de sexo forçado?" (Smith, 2025, tradução nossa). A partir dessa inquirição, colocamos a necessidade social deste Trabalho de Conclusão de Licenciatura. Consideramos que não há possibilidade de escolha se não há possibilidade de alternativas, e que sexo forçado é uma violação de direitos humanos.

A literatura científica brasileira que estudou estas populações em território nacional encontrou resultados similares; como os da já mencionada pesquisa, sobre o grupo que trabalha com mulheres em prostituição em Salvador-BA: “Todas as mulheres em situação de prostituição que frequentam o Projeto Força Feminina manifestam o desejo de abandonar a prostituição” (Senna, 2018, p. 35); ou esta, que entrevistou

mulheres em prostituição em um bordel da cidade de Cascavel-PR: “as garotas do Porto das Sereias afirmam que desejam deixar a prostituição” (Ferraça, 2015, p. 229); ou, ainda: “Percebeu-se que a maioria pretende, no futuro, realizar outro trabalho” (Silva *et al.*, 2013, p. 238). Ou, na já mencionada pesquisa da FUMEC em Belo Horizonte:

Quanto ao futuro (família, casamento, profissão) 90% pensam em sair dessa vida de prostituição para terminar os estudos e procurar algo melhor para suas vidas enquanto 10% não pensam na questão. (Senna, 2018, p. 4)

Evidencia-se a demanda por políticas educacionais: 90% pensam em sair *para terminar os estudos*, e procurar algo melhor para suas vidas.

E mesmo entre a minoria que declara não querer deixar a prostituição, as razões alegadas costumam ser o fato ou percepção de não conseguir o mesmo nível de renda que logram com a prostituição no mercado de trabalho, como constata Silva *et al.*:

As entrevistadas desejam sair da prostituição, mas estão cientes de que em outra atividade não conseguirão obter a mesma renda. Diante disso, vivem na expectativa de economizar um montante suficiente para garantir uma segurança financeira por determinado tempo. Nessa esperança, elas continuam na prostituição, sem ter a certeza de que o montante é suficiente para lhes garantir uma vida sem grandes dificuldades, ou seja, o momento para deixar de ser prostituta parece nunca chegar (2013, p. 239).

Percebeu-se que a atividade de prostituta possui um sentido financeiro para essas profissionais. A maioria das entrevistadas revela que a prostituição é a forma que encontraram para obter renda suficiente para manterem a si mesma e à família, além de adquirir bens que sempre desejaram e antes não podiam ter acesso. (2013, p. 232)

Percebe-se tal fato nas respostas destas entrevistadas ao serem questionadas sobre o desejo de sair:

Não. Essa é a melhor forma que eu encontrei pra ganhar dinheiro. E isso é o que me interessa agora: dinheiro (P7).

Não. Eu não quero trabalhar com outra coisa. Terminar de pagar meu terreno, construir minha casa e parar. Não vou ter outra profissão. Eu tenho 29 anos, né, não tenho escolaridade, não tenho cabeça pra sala de aula. Então é construir o que eu já comecei e parar (P1). (Silva *et al.*, 2013, p. 232)

É interessante notar que a última entrevistada relata não querer sair por não ter escolaridade e por “não ter cabeça pra sala de aula”, o que reforça novamente a demanda por políticas educacionais para esse grupo, e nossa tese e motivação de pesquisa sobre prostituição e dificuldade do encontro de alternativas estarem altamente correlacionadas com grau baixo de escolaridade; e também *a falta de confiança dessas pessoas em si*

mesmas para o estudo e para mudar de vida através do estudo, o que indica mais um eixo onde políticas públicas nesse sentido devem atuar. Essa falta de confiança, acompanhada da situação de vulnerabilidade e ausência de ajuda, quando a própria busca por ajuda gera mais violência e exploração, é evidenciada em outros relatos, como o de uma jovem:

Depois eu não sei se tudo isso que eu passei na minha vida, eu não tive força pra procurar outra coisa. [...] e todas as pessoas, a maioria dos homens que eu achava que ia me ajudar, o único objetivo deles era me levar pra cama, ... e eu fui tomando raiva, raiva, raiva, [...] eu escolhi essa sexualidade porque eu não suporto ter relação com homem ... (Botelho, 2003, p. 105)

Os relatos também indicam a necessidade de políticas de escolarização para essas populações, não somente para que adquiram uma fonte alternativa de renda suficiente para o sustento básico, mas também para a parte que sente precisar de uma alternativa com maiores ganhos, que possibilitem um maior padrão de vida.

Ainda sobre permanência na prostituição por necessidade de dinheiro, segundo a já mencionada Cleone Santos, fundadora do Coletivo Mulheres da Luz, que auxilia mulheres em situação de prostituição, em entrevista no documentário “Nosso Corpo nos Pertence?”, todas as mulheres que em algum momento se prostituem o fazem por causa de dinheiro (Youtube, 2014).

Silva *et al.* (2013) apontam ainda que

Vários estudos [...] demonstram que os motivos pelos quais essas mulheres entram para a prostituição na maioria dos casos apontam para questões relacionadas a uma vida de dificuldades, miséria, insatisfação, desemprego. Elas viram na prostituição, inicialmente, a possibilidade de conseguir renda para sobreviver. Isso também fica explícito por meio das falas das entrevistadas. (p. 232)

As condições em que nasceram essas mulheres, com famílias numerosas e desestruturadas, atreladas à baixa escolaridade e ao desemprego mostram-se a principal motivação para que entrassem para a prostituição. O fato de obter renda superior àquela que obtinham em outras atividades parece ser o motivo que as fez continuar mesmo enfrentando dificuldades. (p. 232)

Cabe colocar também que o estudo de Farley *et al.* (2004, p. 61) não encontrou diferenças significativas entre porcentagens de mulheres em bordéis, nas ruas, ou em prostituição de casas de strip-tease ou de massagem que queriam escapar da prostituição, indicando que o desejo não possui relação com a modalidade praticada, e com a ausência ou presença de intermediação por rufianismo.

Sobre as razões para inabilidade ou impossibilidade de deixar a condição, temos o encontrado nos estudos já realizados, sendo a baixa escolaridade e preconceito da

sociedade apontados como principais fatores:

As entrevistadas relataram algumas dificuldades para aquelas que decidem deixar a profissão. Segundo menciona a entrevista P1, a baixa escolaridade, a inexperience em outra atividade e o preconceito tornam extremamente complicado encontrar um novo emprego. Algumas tentaram e não foram bem sucedidas em suas tentativas. (Silva *et al.*, 2013, p. 239)

Através do relato da entrevistada P1, observa-se que as prostitutas atuaram em outras atividades antes da prostituição. No entanto, em decorrência da baixa escolaridade (P4), não conseguem trabalhar em atividades que proporcionam bons salários. (Silva *et al.*, 2013, p. 231)

Quando essas mulheres começam de fato a se prostituir, e encontram-se inseridas na dinâmica de exploração, violência e invisibilização social inerentes à situação de prostituição, surge o desejo de deixar a atividade. No entanto, o estigma já está consolidado, o que dificulta sobremaneira o abandono da prostituição. Isso porque a mulher que começa a se prostituir em áreas pobres, tal qual o Centro Histórico de Salvador, assim o faz em razão de terem-se esgotado todas as outras opções de sustento e manutenção da sua vida e de seus dependentes. A prostituição frequentemente representa o último passo antes da morte por fome ou por espancamento. (Senna, 2018, p. 34)

Sobre a questão do preconceito e estigma, pessoas que exercem prostituição sofrem estigma social, fenômeno estudado pela sociologia. Segundo Goffman, estigma trata-se da “situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (1981 [1963], p. 4). O autor traz um exemplo de estigma como ocasionante de humilhação pública na situação da prostituição:

Doreen, uma garota de Mayfair, diz que o comparecimento ao tribunal é a pior parte de tudo (i.e., da prostituição). Quando se entra por aquela porta todo mundo está esperando por você e observa. Fico de cabeça baixa e nunca olho para os lados. Em seguida eles dizem aquelas palavras horríveis: "Tratando-se de uma prostituta vulgar..." e a gente sente-se muito mal, sem saber durante todo aquele tempo quem está observando da parte de trás do tribunal. Diz-se 'culpada' e sai-se tão depressa quanto se pode. (1981 [1963], p. 75)

Elias e Scotson identificam a estigmatização como ferramenta de subalternização e marcação de status de poder em uma sociedade: “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este grupo preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (2000, p. 22).

Percebe-se então o combate ao estigma como movimento fundamental para garantia de dignidade no trato social de pessoas que em situação de prostituição atual ou passada, e para que haja a possibilidade de alternativa..

2.3 DESCASO DO PODER PÚBLICO E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os relatos anteriores demonstram a urgência de políticas públicas que forneçam ou proporcionem alternativas de sustento para essas pessoas e seus dependentes. Tais políticas, se não inexistentes, são insuficientes, como já constatado por literatura científica: “[o Estado] não veicula quaisquer políticas públicas que proteja de fato as prostitutas ou lhes ofereça condições suficientes para deixar a condição. Isso colabora, mais uma vez, para a marginalização desse grupo” (Machado *et al.*, 2017, p. 40). Em reforço às palavras anteriores, “É sabido que grande parte das profissionais do sexo almeja abandonar a profissão e é função do Estado possibilitar essa saída” (Machado *et al.*, 2017, p. 82) e “Muito se discutiu sobre como manter as mulheres na prostituição [...] Todavia, pouco se fala dos meios de saída da prostituição” (Machado *et al.*, 2017, p. 87).

Esse relato dessa jovem em situação de prostituição reforça, em sua visão, essa necessidade, e o abandono e descaso do poder público para com elas:

Eu queria ter a minha casinha, arrumar um serviço, sabe, ... mas o governo não dá esse direito pra gente, a sociedade, é ... a sociedade não abre as portas. Como a gente pode mudar? Eu acho que o governo, a sociedade é culpado da gente não mudar de vida. [...] Eu só acho que o governo tem que ajudar mais as pessoas (Botelho, 2003, p. 123)

Uma mulher na Tailândia, similarmente, declarou, “Eu quero que o mundo entenda que prostituição não é um bom trabalho – que há outros trabalhos para as mulheres. Eu quero que o governo olhe para o que está acontecendo” (Farley *et al.*, 2004, p. 65, tradução livre).

Senna aponta também essa indiferença do Estado e da sociedade e suas consequências:

Por não haver políticas públicas pensadas para esse setor da população e diante do silenciamento do debate por parte do Estado e da sociedade, essas mulheres morrem de fome, de AIDS, de sífilis, vítimas da violência dos “clientes” e dos cafetões, sem que haja nenhuma comoção pública e sem virar estatística. (2018, p. 58)

Sobre essa ausência de políticas públicas, vale trazer o comentário de Gomes (1996):

é importante ressaltar que a sociedade em geral, tende a excluir os considerados diferentes, como crianças que vivem na rua, prostitutas e doentes mentais, por exemplo, confinando-os em espaços delimitados fora de seu campo de visão, esperando com isto eliminá-los do convívio social (p. 150).

Tendo em vista todos os extensivos dados e relatos apresentados, com conhecimento estatístico e qualitativo da condição da prostituição e associada vulnerabilidade psicológica, física e socioeconômica constatada, propomos que seja considerada pela lei como uma condição de vulnerabilidade transitória, assim como a das pessoas em situação de rua (que, não raro, como já vimos, se intercalam com as em situação de prostituição); e que, portanto, assim como foi criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, instituído pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, ambos pelo decreto 7.053/2009, seja criada também uma Política Nacional para a População em Situação de Prostituição e um Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Prostituição.

Fazendo uma comparação de índices de violência de ambas as populações, há duas pesquisas realizadas no Canadá. Crowe e Hardill (1993) encontraram que 40% da população estudada em situação de rua de Toronto já sofreu agressão, em contraste a 91% das pessoas respondentes em situação de prostituição no Canadá por Farley *et al.* (2004). O que demonstra a vulnerabilidade ainda maior desse grupo relativamente a violência, e, portanto, sua necessidade ainda maior de auxílio por parte do poder público.

Defendemos, portanto, políticas públicas específicas voltadas para essa população tendo em vista suas necessidades específicas, haja vista sua constatada demanda e urgência. Neste trabalho, avaliamos especificamente as possibilidades de políticas para continuidade da educação e para capacitação profissional, considerando também sua demanda e urgência de políticas nesse setor em específico.

2.4 MATERNIDADE

No estudo de Farley *et al.* (2004), dentre as pessoas em situação de prostituição atual ou passada, ao serem questionadas a respeito do que precisavam, 44% citou cuidado infantil (p. 49).

Quanto à demanda por cuidado infantil, cabe ressaltar que a maternidade seria uma das motivações principais para a prostituição de si, segundo Roberts (1998):

As prostitutas não pensam apenas nelas próprias quando trabalham na indústria do sexo – a maioria delas também é mãe. Ganhar dinheiro suficiente para criar os filhos independentemente dos homens é um tema que surge continuamente nas motivações das prostitutas (Roberts, 1998, p. 384)

Percebe-se uma necessidade de políticas públicas para essa população, sejam as com relação à educação ou não, que atendam também especificamente às necessidades de mulheres que são mães. Em adição a isso, temos o fator de que a prática da prostituição é fator de risco para gravidezes indesejadas, fator de risco ainda amplificado em um país como o Brasil em que a interrupção da gravidez é criminalizada.

O fator gravidez é um dos fatores que explicita a prostituição como uma questão primordialmente do sexo feminino, como exemplifica Ferraça (2016), comparando a recorrência de uma genitora do sexo feminino ou genitor masculino de se prostituírem pelo provimento da prole:

Diferentemente da mãe, função em que seria considerado normal sacrificar-se pelos filhos, um pai não se prostituiria pelas crianças, pelo menos não há uma memória social sobre tal prática, não é uma prática reconhecida como recorrente (no caso do homem, poderia ser pensado em práticas criminosas, que de certo modo não ferissem sua honra de macho e, em certos casos, que ressaltassem sua suposta esperteza para driblar a lei e a moral). (p. 1167)

3 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO

Para Marx, a emancipação do ser humano se realiza quando ocorre a libertação da consciência alienada e da exploração econômica, resgatando sua capacidade de criação e ação como sujeito histórico (Daros, 2009).

Para Silva, a emancipação se trata do “processo de libertação se ampliando para a vida social, no qual os sujeitos vão constituindo formas de ser e estar no mundo, livre dos desejos dos outros” (2013, p. 763). Em relação ao papel da educação nesse processo, para Arroyo, uma das funções do processo educativo seria “recuperar a humanidade roubada” (2000, p. 238).

Voltando à questão do estudo de Farley *et al.* (2004) com pessoas em situação de prostituição atual ou passada ao serem questionadas a respeito do que precisavam, a resposta mais frequentemente dada foi a de treinamento profissional, com taxa de 76%, mostrando-se como a principal demanda. Tendo essa demanda relatada em vista, este capítulo explorará as razões pelas quais a educação pode se mostrar uma ferramenta de emancipação econômica, política, cidadã e humana para essas pessoas.

Cabe mencionar que, como demais respostas da mesma questão do estudo, seguiram-se a necessidade de uma casa ou lugar seguro com 75%, de cuidados de saúde com 61%, aconselhamento individual com 56%, apoio de colegas com 51%, assistência legal com também 51%, tratamento para drogas e/ou álcool com 47%, treinamento de autodefesa com 45%, entre outras (Farley *et al.* 2004, pp, 48-49).

3.1 EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA: EDUCAÇÃO E RENDA

A correlação entre educação formal e renda é bem documentada pela literatura sociológica. Pessoa *et al.* (2009) colocam que “Um fenômeno empírico universal é a forte associação positiva entre renda de uma pessoa e seu nível de escolaridade” (p. 1). Mujawar (2017), em um estudo de ampla análise estatística nacional sobre a relação entre níveis de escolaridade e pobreza na Índia, chegou à constatação similar, em particular sobre superação da pobreza e educação formal além do nível médio:

Comprovado pelos dados de nível estatal, há uma forte correlação entre níveis educacionais mais baixos e estar abaixo da linha da pobreza. Na verdade, se uma família investe em educação além do nível médio, ela terá significativamente menos probabilidade de estar abaixo da linha da pobreza. A relação mostra que quanto maior o nível educacional, menor a incidência de pobreza entre as famílias

(p. 8, tradução nossa)

Barbosa Filho e Pessôa (2008) reiteram, com atenção para a relação entre elevações de salário e o que chamam de “efeito diploma”, a importância da conclusão de etapas educacionais para obtenção desse fim:

se observa que a educação é altamente valorizada no mercado de trabalho. Destaca-se ainda o “efeito diploma”, refletido em prêmios salariais mais elevados para os anos de educação em que se completam os ciclos, quando comparados com os anos anteriores no ciclo. Tal efeito pode ser observado para todos os ciclos nos anos 4, 8, 11 e 15. (p. 108)

Ao realizarem uma análise sobre o que denominam Taxa Interna de Retorno da Educação, reiteram a rentabilidade social de um investimento em educação:

Os resultados mencionados indicam que o investimento em educação no Brasil continua sendo extremamente rentável do ponto de vista social. Certamente, uma política que vise a um maior desenvolvimento do país deve focar recursos em um investimento maciço em educação. (Barbosa Filho e Pessôa, 2008, p. 117)

Outros países já adotam políticas de capacitação profissional através da educação para essas populações nesses Estados. Falaremos mais delas adiante, mas, como exemplo de antemão, Machado (2017) coloca que

Na regulamentação alemã, viu-se que um dos objetivos da Lei de Prostituição era o de apoio à evasão da prostituição por meio de capacitação profissional. O Projeto brasileiro não se atentou a esse importante instrumento. (p. 82).

3.2 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO CIDADÃ, POLÍTICA E HUMANA

Na bibliografia científica abundam, também, considerações sobre o papel fundamental da educação, além de meio de capacitação profissional e aumento de renda, também como ferramenta emancipatória para a cidadania, intelectual e emocionalmente, promovendo maior uso da cognição, e auxiliando com que a pessoa tenha melhor noção do mundo em que vive, do lugar que ocupa, das suas possibilidades de existência e de atuação nele, auxiliando desse modo com a saída de um local de vulnerabilidade também pela aquisição de consciência e de conhecimento.

Por exemplo,

A escolaridade tem diversos efeitos que não estão diretamente associados ao mercado de trabalho, alterando as decisões de consumo, poupança, taxa de

crescimento do consumo, saúde, fertilidade e desenvolvimento cognitivo. Segundo Grossman, a educação tem um impacto permanente em todas as atividades do indivíduo e não somente naquelas voltadas para o universo do trabalho. (...) "Os retornos da educação estão subestimados, visto que uma parte do benefício não é captado por estudos que investigam o impacto da educação sobre o salário. Ou seja, é provável que os retornos sociais superem os privados. (Barbosa Filho e Pessôa, 2009, p. 8)

Fazendo um paralelo com educação e combate à criminalidade, os autores lembram que "Lochner e Moretti (...) concluem que o efeito da educação sobre a criminalidade é bastante elevado, aumentando em 14% a 26% o retorno da educação" (Barbosa Filho e Pessôa, 2009, p. 8). Colocam também que

O estudo de Almeida a partir de uma cuidadosa pesquisa junto à população (...) Mostra que há forte relação entre elevação da educação e diversas características da população, tais como diminuição do preconceito racial, menor tolerância com corrupção, maior espírito público, redução ao preconceito de comportamento sexual, menor tolerância com a censura, entre outros. (Barbosa Filho e Pessôa, 2009, p. 8)

Similarmente, Glaeser, Ponzetto e Shleifer (2006) nos mostram que a educação aumenta os benefícios da participação civil, o que inclui eleições e organizações. Isso demonstra que o incentivo da educação à população em prostituição tende a elevar sua participação cívica, tomando consciência, exigindo e lutando por seus direitos.

Ao discorrer sobre direito, participação e desafios da educação nas prisões no Brasil, Ireland (2011) faz uma colocação sobre a importância de se aprender sobre o "estar no mundo" antes de se aprender técnicas profissionais, que pode ser aplicada perfeitamente do mesmo modo no caso aqui abordado, e que vemos como fundamental neste Trabalho de Conclusão de Licenciatura:

A educação ao longo da vida é, em si, uma educação libertadora; ferramenta que deve ser acessível a cada um, ela vai permitir compreender o porquê de se "estar aqui no mundo", compreender seu mundo e sua representação de mundo. No que se refere à educação na prisão, os programas educacionais deverão, portanto, privilegiar mais um trabalho sobre este "estar aqui no mundo" do que um aprendizado de técnicas e competências; veremos também que esta aprendizagem de técnicas e de competências, com certeza necessária, somente será possível se for precedida do questionamento sobre este "estar aqui no mundo" e... com ele! (2011, p. 44)

Fica claro, portanto, o papel fundamental das instituições educacionais como ferramentas de emancipação psicológica, de cidadania e profissional para a sociedade de modo geral, e ainda mais para populações em vulnerabilidade, como foi demonstrada ser a das pessoas em situação de prostituição.

4 DESAFIOS E POLÍTICAS - ÂMBITO INTERNACIONAL

Demonstraremos a seguir um pouco do que a literatura científica internacional nos apresenta e sugere em relação a desafios e políticas realizadas com prostituição.

Oselin e Weitzer (2013, p. 446), dos Estados Unidos, apontam que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) buscam abordar o que o Estado largamente falhou em prover: recursos e serviços para prostitutas(os). Apontam também que são poucos os estudos que examinam o papel que organizações orientadas para o serviço desempenham neste amplo debate.

Ouspenki (2014, p. 41), do Canadá, coloca uma variedade de razões como limitantes para o acesso a emprego e educação por pessoas em prostituição. Entre elas: estigma, histórico criminal, falta de conhecimento quanto à preparação de currículo e a como se portar em entrevistas de emprego, e lacunas no currículo, consequência do tempo despendido na indústria do sexo. Aponta para a sugestão da literatura de que agências que proporcionam apoio na transição de pessoas em prostituição podem desenvolver parcerias com agências de treinamento para emprego e com organizações de educação adulta para desenvolver relações colaborativas e aumentar o acesso. Também propõe parcerias com negócios locais para providenciar treinamento e apoio às pessoas que estão tentando sair da indústria do sexo.

Mayhew e Mossman (2007, p. 33), da Nova Zelândia, sugerem que esse treinamento empregatício seja acompanhado de avaliação e apoio de especialistas; e sugerem oportunidades de emprego que se alinhem com as habilidades e interesses dessas pessoas. Notam a necessidade de que se lide com outras questões que possam ser uma barreira para o emprego antes do engajamento com educação ou treinamento.

Cabe colocar que Hester e Westmarland (2004), da Inglaterra, citam o projeto Hull, onde surgiu pouco interesse por cursos educacionais e de treinamento profissional, então os fundos foram usados, ao invés, para mensalidade de estudos para o pequeno número de mulheres que havia demonstrado interesse.

A organização UK NSWP (2008a, p. 10), baseada no Reino Unido, sugere acordos com agências locais de emprego que permitam que uma agência esteja baseada dentro do projeto de transição pela frequência mínima de uma sessão por semana. A organização também ressalta que, como clientes começarão em diferentes pontos de entrada em suas trajetórias, alguns podem não estar prontos para programas formais e estruturados de construção de habilidades. Recomendam que se mantenham registros de

frequência e de conquistas, e que unam esses registros como parte de um arquivo de desenvolvimento pessoal. Segundo a organização, esses métodos podem gradualmente introduzir clientes a oportunidades mais formais de trabalho e a aumentos em capacidade, habilidades e construção de confiança. Outra sugestão da organização é a promoção de *workshops* de conscientização com empregadores locais, organizações e agências de empregos.

4.1 ALGUNS EXEMPLOS INTERNACIONAIS DE PROGRAMAS

4.1.1 Estados Unidos

Programas de transição da prostituição parecem ser raros mesmo em outros países, como demonstram Leon e Shdaimah a respeito dos Estados Unidos: “existem muito poucos programas de afastamento da prostituição nos Estados Unidos, apesar da popularidade de outras cortes resolvidoras de problemas e cortes de drogas em particular [aqui os autores se referem à proposta de participação em programas como alternativa a cumprimento de penas para crimes, dispositivo penal popular nos Estados Unidos]” (Leon; Shdaimah, 2012, p. 254, tradução nossa).

Oselin (2010, p. 538) aponta que pesquisas no tema da transição de papéis desviantes concluem que esses são especificamente difíceis de deixar devido à rotulação, estigma, e, em alguns casos, a *status* criminal associado.

A autora aponta que é uma combinação de ambos fatores externos e internos que levam mulheres a transicionar da prostituição através da subscrição a uma Organização de Ajuda à Prostituição.

Por exemplo, Cusick e Hickman (2005) fazem o apontamento de que prostituição e uso de drogas se reforçam mutuamente, tornando essa população especialmente vulnerável e a “encurralando” no comércio sexual caso não atinjam a sobriedade. Jeffreys (1997) observou que a dissociação é um mecanismo psicológico utilizado para tolerar atos sexuais indesejados como estratégia de sobrevivência para proteção do *self*, e que, portanto, não é incomum o uso de entorpecentes na prostituição para facilitar essa dissociação. Uma vez adquirido um vício, a pessoa se vê “encurralada” na prostituição como meio de sustentar o vício, e no vício como meio de tolerar a prostituição de si, além de permitir que ela se encontre num meio fácil de se conseguir a(s) substância(s), como veremos a seguir.

Oselin (2010) observa que conhecer um programa e os serviços que ele proporciona pode fazer a transição parecer mais atingível; e que há pesquisas que encontraram que populações marginalizadas e em desvantagem, como pessoas em situação de rua, obtêm o maior benefício quando são informadas e utilizam os serviços que melhor combinam com suas percepções e necessidades. A autora aponta que a ajuda das OAPs não é o único caminho para transição da prostituição de rua, no entanto, dados os percalços associados, muitas das mulheres em seu estudo disseram que não teriam conseguido realizá-la sem os recursos e ajuda de uma OAP, conforme podemos verificar em depoimentos dessas residentes entrevistadas, e de uma entrevistada sueca, que também esteve em prostituição, de outro estudo:

Vim direto pra cá da prisão após concluir minha sentença porque sabia que não conseguiria sozinha. (Oselin, 2010, p. 543, tradução nossa)

Sim, eu não conseguiria sozinha. Eu tentei antes mas não funcionou. Eu comecei a voltar a usar drogas. Ou eu me encontrava em uma situação com a qual eu não conseguia lidar e precisava de dinheiro. Ou eu estava ficando em algum lugar e me disseram que eu tinha que sair. Para onde eu iria? E a única coisa que eu sabia era ir e conseguir dinheiro dos homens [através de sexo] e quando eu começava a fazer isso eu começava a usar drogas também. O programa me ofereceu uma saída diferente. Eu sabia que eles te ajudavam a conseguir uma educação, um emprego, e a manter a sobriedade. (Oselin, 2010, p. 544, tradução nossa)

Então eu sabia que tinha chegado a hora de parar e eu não sabia como e eu senti que este lugar definitivamente me mostraria como. Eles me providenciaram tantas ferramentas que eu não tinha ou não conseguiria por conta própria. Eles me ofereceram uma educação para que eu pudesse arrumar um emprego e me sustentar. (Oselin, 2010, pp. 544-545, tradução nossa)

Você não quer ouvir “então por que você só não para?” Eu posso contatar os compradores por conta própria do mesmo modo que quando você está em um relacionamento e você volta para a pessoa que te machucou. Você precisa de ajuda para conseguir sair. (Oselin, 2010, p. 29, tradução nossa)

É importante contextualizar: o ato de prostituir-se é criminalizado na maior parte dos Estados Unidos. Dito isso, Leon e Shdaimah corroboram, acrescentando que muitas dessas mulheres, referindo-se às que cumpriram pena [por prostituição] e saem da prisão, precisam de ajuda para gerenciar seus novos compromissos nessa nova trajetória, como de liberdade condicional, Narcóticos Anônimos, Alcoolistas Anônimos, terapia, dentre outros, mesmo que tenham todo o desejo e intenção de excluir a prática da prostituição de suas vidas; pois “não estão acostumadas a manter compromissos pois suas vidas eram provavelmente caóticas mesmo antes da prisão” (2012, p. 264, tradução nossa). E afirmam que “é pedir muito assumir que mantenham todos os compromissos após a

prisão. Muitas têm intenções muito boas quando deixam a prisão, mas ficam sobrecarregadas” (Leon e Shdaimah, 2012, p. 264, tradução nossa). Mesmo aplicando-se a um contexto brasileiro de prostituir-se descriminalizado, acredito ser uma observação importante de se levar em conta, pois segue válida mesmo sem a existência de compromissos com a Lei pelas prostitutas em decorrência do ato da prostituição por si.

Oselin aponta, então, que

há evidência de dados empíricos que sugere que uma associação com uma OAP pode aumentar a probabilidade de uma saída de longo prazo, ‘bem-sucedida’. (...) As OAPs conduzem estudos de acompanhamento de graduados do programa, que concluem que em média entre 65 e 90% das mulheres se mantêm fora da prostituição um ano após a graduação. Além disso, pesquisas em outras populações desviantes atribuem saída bem-sucedida a suas utilizações de organizações de ‘ajuda’ (2010, p. 546, tradução nossa)

Oselin (2009) também pesquisou um programa de reabilitação de prostituição (de nome não mencionado) em uma cidade grande no oeste dos Estados Unidos (de nome também não mencionado), de 29 anos de existência no ano de estudo, sem fins lucrativos e vagamente afiliado a uma igreja Protestante. O programa tinha duração de 18 meses a dois anos, e acolhia membros como residentes. De acordo com funcionários e manuais do programa, coloca a autora que

a meta do programa é providenciar às(aos) prostitutas(os) de rua os recursos e treinamento necessários para que se realoquem na sociedade sem que necessitem mais da prostituição. A coordenadora, Marie, disse que consideram como sucesso de membros, a quem se referem como *clientes*, os seguintes sinais: um aumento do senso de autoestima, habilidades empregatícias adquiridas, e a aquisição de um diploma de Ensino Médio ou de Ensino Superior” (p. 386, tradução nossa).

A autora aponta que o programa não realiza propaganda de si, e que clientes vêm voluntariamente das ruas, ou como uma alternativa para cumprir pena.

O programa requer dos residentes as seguintes tarefas: participar de *workshops* de treinamento para emprego, escola, sessões de terapia (individualmente e em grupo), sessões bimensais individuais com a equipe, manter sobriedade, completar os livros que o programa utiliza de Habilidades de Vida e Habilidades Sociais, realizar tarefas domésticas e, eventualmente, manter um emprego de meio período. O programa “se estrutura em fases que foca na aquisição de habilidades específicas por fases, como

construção de intimidade ou conscientização” (p. 386-387, tradução nossa).

As responsabilidades do membro, que acumulam conforme o tempo que permanece no programa, incluem, além das já listadas: frequência escolar, socializar e se dar bem com outros residentes, trabalhar em um programa de 12 passos e, eventualmente, realizar trabalho voluntário na comunidade.

Sobre reclamações dos programas, Leon e Shdaimah, que estudaram programas de objetivo similar ao estudado por Oselin, que chamam de Programas de Afastamento da Prostituição, encontraram participantes em todos os três programas estudados indicando que os profissionais que encontraram no programa eram intrusivos. Entretanto, quase todos indicaram que acharam que as “intrusões” ajudaram; muitos até disseram aos pesquisadores que esses programas “salvaram suas vidas” (2012, p. 160, tradução nossa).

É interessante notar que, apesar de se sentirem incomodadas, também se sentiram cuidadas, mostrando a importância de um trabalho de acompanhamento de perto, preferencialmente por um programa institucionalizado oficial, para lhes dar força em uma trajetória que muito a exige:

Participantes que trabalharam com Jan [supervisora] a tinham em alta estima apesar do fato de que era responsável por prendê-las novamente ou por trazer muitas para trás em seu progresso no programa. O que causou que interpretassem suas intrusões e aparentes respostas punitivas como cuidado foi seu investimento aparente em seu sucesso. Descreveram como ela continuou a trabalhar com elas através de tudo, inclusive visitando-as na prisão, se mantendo em contato com suas famílias, e as mantendo no programa, às vezes após múltiplas rupturas. (...)

Mulheres prostitutas às vezes percebem intrusões como interesse e cuidado porque essas vêm com assistência concreta e provêm um espaço aberto para que mulheres contem suas histórias. Também percebem isso como reconhecimento de sua humanidade. É diferente de sua experiência anterior com funcionários da justiça criminal que não tinham interesse em suas vidas de forma mais geral (Leon e Shdaimah, 2012, p. 160, tradução nossa)

Por fim, Leon e Shdaimah chegaram a conclusões similares às de Oselin em seu estudo sobre os efeitos das PAPs por eles estudadas: “nossos dados mostram que trabalhadores [de PAPs] têm a intenção de, e mulheres prostitutas experienciam, cuidado genuíno com benefícios reais” (2012, p. 269, tradução nossa).

4.1.2 Austrália

Em 2016, o Departamento de Saúde do Governo de Queensland (estado da Austrália) lançou o Programa de Desenvolvimento de Carreira para trabalhadores da indústria do sexo (cabe contextualizar que em Queensland, tanto a venda quanto a compra de sexo e a cafetinagem são legalizadas). O PDC tem dois formatos: um programa de três meses e um de doze meses para cidadãos com necessidades mais complexas (Sandy *et al.*, 2019, p. 25).

O programa de 12 meses vem acompanhado de acesso a um subsídio de no máximo 800 dólares australianos, providos pela Autoridade de Licenciamento de Prostituição, criada no estado australiano. O subsídio providencia assistência com alguns dos custos associados com os cursos, ou materiais e equipamento, como livros e um *notebook*. É providenciado também auxílio para moradia, saúde mental e/ou tratamento para drogas ou álcool (Sandy *et al.*, 2019, p. 25).

4.1.3 Canadá

O programa *Transitions Consortium*, na cidade de Vancouver, maior cidade da província de *British Columbia*, inclui, como elementos centrais, apoio para emprego, apoio/intervenção individualizados, apoio acadêmico e provisão de atividades sociais e culturais relevantes (Sandy *et al.*, 2019).

O abrigo *WISH* é a maior organização do Canadá para pessoas na / advindas da indústria do sexo; também na cidade de Vancouver, funciona todos os dias. Os dois maiores serviços de transição são o Centro de Aprendizagem e o Programa de Apoio ao Emprego. O Centro de Aprendizagem trabalha com a Universidade Capilano e provém serviços como *workshops* de artesanato, aulas de informática, construção de habilidades de comunicação, escrita de poesia e diário e habilidades de advocacia em prol de si. O Programa de Apoio ao Emprego (PAE) se conecta com empreendimentos locais para facilitar oportunidades de emprego para graduados do PAE (Sandy *et al.*, 2019, p. 27).

Há um programa em Vancouver somente para homens na/advindos da indústria do sexo: *HiM - Health Initiative for Men* (Iniciativa de Saúde para Homens), cujo acrônimo se traduz como “ele”. Na terceira fase do programa há *workshops* direcionados a habilidades empregatícias, abordando metas faltantes identificadas (Sandy *et al.*, 2019).

Há também na cidade um programa específico para mulheres na / advindas da

indústria do sexo que estão experienciando violência doméstica. Chama-se *BWSS - Battered Women's Support Services* ("Serviços de Apoio para Mulheres Agredidas"). Um dos serviços ofertados é um programa de emprego. Oferece estadia de um ano, com possibilidade de estadia de até 18 meses (Sandy *et al.*, 2019).

A organização *Peers Victoria Resources Society*, na cidade de Victoria, capital da província de *British Columbia*, oferece a pessoas que desejam deixar a indústria do sexo um programa de treinamento para pequenos negócios que funciona por aproximadamente 5 horas por semana ao longo de 5 meses. O programa estimula a transição através do empreendedorismo: ensina a planejar um negócio, vendas e marketing, orçamentação e arquivamento, crédito e débito, taxas, e preparação para aposentadoria. Após a graduação no programa, graduados detêm um currículo e um plano de negócios que podem usar para solicitar um microempréstimo. A Bolsa de Estudos Memorial Jannit Rabinovitch, iniciada em 2016, homenageia uma das fundadoras de *Peers Victoria*. É uma bolsa de estudos direcionada a pessoas em prostituição que buscam educação e/ou treinamento vocacional (Sandy *et al.*, 2019). Foi encontrado que 86% das pessoas que usam o serviço de *Peers* em algum momento deixam a indústria do sexo e seguem em direção a treinamento, educação ou outras possibilidades empregatícias (Rabinovitch, 2008).

Sandy *et al.* (2019), cabe colocar, fazem uma ressalva a respeito da ideia de se fazer parcerias com empresas locais. Os autores apontam que junto a esse modelo vem a possibilidade da criação de dependência; colocam que as opções de negócios locais com probabilidade de se fazer parceria para essa proposta são limitadas, e observam que muitas opções tendem a focar em trabalho de hospitalidade ou de artesanato que, com frequência, não provém uma renda comparável à adquirida por alguns na indústria do sexo e, portanto, podem não ser alternativas economicamente viáveis para algumas das pessoas interessadas (p. 34).

Sanders (2007), que estudou mulheres que fizeram a transição para deixar a prostituição, deixa bem clara a necessidade de se providenciar residência fixa segura para essa população; além de notar que para as que atuam nas ruas, a intervenção pode com frequência começar com um programa para o vício em metadona (no Brasil, possivelmente crack seria a droga onde se encontraria maior incidência de vício debilitante nesse grupo; no entanto, estudos são necessários para confirmar essa hipótese), ou outras intervenções holísticas projetadas para abordar questões múltiplas como vício, abuso, exclusão e/ou reconciliação com familiares ou filha(o)(s) da(o)(s)

qual(is) não tenham guarda:

[residência segura é] ...muito importante se você quer reabilitar porque você não pode reabilitar e viver nas ruas porque é [droga] por todos os lados. Se você se remover dos locais aonde normalmente vai, embora seja mais isolado há menos tentação porque você não conhece ninguém. E se você tem algum tipo de apoio, alguém para vir e checar para ver se você vai a seus compromissos para pegar sua medicação e esse tipo de coisa você consegue superar. (Zoe, ex-prostituta de rua, 25 anos, *apud* Sanders, 2007, p. 84)

Por fim, para finalizar esta seção, Sandy *et al.* (2019) deixam algumas recomendações para propostas de serviços de transição da prostituição. Destaco três para o propósito deste trabalho:

1: Colaboração com o governo; por exemplo, com empréstimos emergenciais para moradia para usuários dos serviços em risco de situação de rua; eles sugerem também o apagamento de histórico criminal, reduzindo tempos de espera para esse processo e eliminando taxas;

2: Que a equipe profissional seja especializada e preparada para lidar com essa população; que negociem parcerias com instituições de educação que permitam que o treinamento seja externamente reconhecido, por exemplo, com um Certificado de Trabalhador em Transição;

3: Desenvolver uma campanha de conscientização para a comunidade visando locais de trabalho, líderes organizacionais e instituições educacionais, indo de acordo à já mencionada sugestão similar da UK NSWP; o relatório identificou que atitudes da comunidade em relação a pessoas em prostituição constituem barreira significativa para uma transição.

5 DESAFIOS E EXEMPLOS NACIONAIS E O COLETIVO MULHERES DA LUZ

Este capítulo final tratará de exemplos e desafios em âmbito nacional em relação à questão do TCL. Desafios referentes às políticas de educação para jovens e adultos, à educação sexual na escola, exemplos de propostas similares ou possíveis que nos sirvam de aprendizado ou inspiração. E, em particular, estudamos o exemplo do Coletivo Mulheres da Luz em auxílio e politização de mulheres em situação de prostituição na cidade com maior população do Brasil, a megalópole de São Paulo-SP, e de sua principal fundadora, com amplo histórico de prostituição, Cleone Santos.

5.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DESAFIOS

Pereira (2019) faz uma radical e urgente crítica da exclusão feita na prática pela Educação de Jovens e Adultos daqueles que mais dela necessitam por razões que ultrapassam a falta de escolaridade:

parte desse quantitativo [sujeitos da EJA] adentrou em processos de extrema fragmentação da vida social a tal ponto, que muitos passaram da zona de vulnerabilidade para a de indigência. (...) A hipótese desse esquecimento proposital está na ideia de que os mais excluídos não eram reconhecidos pela EJA, como sendo também seus sujeitos de conhecimento e de (trans)formação, porque **havia o entendimento de que, como se tratava de uma educação para todos que foram excluídos da escola regular, logo não teria sentido defender uma atuação política, financeira e pedagógica diferenciada a partir de outros tipos de exclusões, que não a da escola, mesmo que tais exclusões fossem aprofundadas e determinadas pelas oportunidades educacionais não garantidas pelo Estado**. A EJA optou por um sujeito genérico – aquele que apenas foi expulso dos processos formativos da escola por diversos motivos, deixando à própria sorte outros que se encontravam em situação de extrema fragilidade pessoal e social. (p. 274, grifos nossos)

O autor exemplifica:

as ações existentes não os contemplam, por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado – PBA (BRASIL, 2007), criado em 2003 e reformulado em 2007, não identifica quem é esse jovem e o adulto que deve ser alfabetizado, portanto não tem como saber se por acaso os indigentes são atendidos. E mesmo em fase da VI Conferência Internacional de EJA, reconhecer essas pessoas e os diferentes tipos de exclusão e conclamar o governo e a sociedade civil a lutarem na solução do problema, o que vemos é ainda uma letargia na inclusão dessas pessoas em programas existentes de EJA. (Pereira, 2019, p. 282)

E detalha, citando dentre excluídos o grupo de que aqui tratamos:

Quem são os sujeitos da EJA? (...) Assumi, diríamos, novos sujeitos concretos, antes rejeitados por ela, como as pessoas em situação de desfilamento ou vulnerabilidade (...) os que estão em fragilidade social grande que, embora não estejam ainda na indigência, se nada for feito chegarão a essa situação pela instabilidade social, produtiva e pessoal em que estão, vivendo muitos em situações extremamente humilhantes, **como é o caso de** jovens e adultos em drogadição, de **homens e mulheres em situação de prostituição**, crianças e adolescentes de rua, adolescentes e adultos em privação e restrição de liberdade, dentre outras. (Pereira, 2019, p. 277-278, grifos nossos)

E fala da urgência de se atuar junto a esses grupos que se encontram vulneráveis antes que caiam em um desfilamento da sociedade: “É na zona de vulnerabilidade que está a possibilidade de a pessoa entrar ou sair das zonas de integração ou de desfilamento, isso vai depender de toda uma rede de proteção que impeça a exclusão total” (Pereira, 2019, p. 279). O autor fala da importância das políticas de inserção como a EJA para uma completa integração dos que estão na marginalidade:

Tais políticas de inserção são formas legítimas e mais atuantes de enfrentamento das questões sociais, constituindo uma **zona de intervenção reparadora** (CASTEL, 2000), que protege os que estão na marginalidade por ser um “**conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade normal, um emprego estável etc.)**” (Castel, 1998, p. 538) (Pereira, 2019, p. 280, grifos nossos)

Pereira aponta que professores de EJA em maioria não têm formação e remuneração adequada, onde “imperam o improvisado pedagógico e a ilegitimidade (...) aqui, o professor tem a formação, mas não a específica em EJA, atuando nessa modalidade de ensino de maneira muitas vezes improvisada e por diversos motivos” (Pereira, 2019, p. 285).

O autor elenca a importância da Educação Social (ES) para fortalecer as pessoas, com vistas a que tomem a direção de suas vidas, um projeto de educação de acordo à proposta já citada da educação para pessoas encarceradas (no subtítulo 3.2) e que se mostra fundamental que levemos em conta ao projetarmos uma proposta educacional para pessoas em situação de prostituição:

A ES como uma prática anterior e concomitante à EJA é a possibilidade de uma educação mais eficiente, pois entendemos que **não dá, por exemplo, para alfabetizar e desenvolver o letramento sem antes um trabalho educativo, fundado na problematização da situação vivida pelos oprimidos, capaz de mudar suas representações da situação vivida, criando desejos e possibilidade outras de vida (i)material.** (Pereira, 2019, p. 289, grifos meus)

Sem problematização não será possível a relação entre a ES e a EJA no trato educativo com as pessoas em situação de vulnerabilidade, **questões precisam ser evidenciadas, como: qual o contexto conflitante provocador das vulnerabilidades e desfilamentos? Que leituras desse mundo serão desveladoras da realidade para esses sujeitos em processo educativo? Que noção de sujeito histórico, econômico e social será referenciado? Que técnicas e métodos pedagógicos melhores se aplicam para entender e mudar essa realidade?** Dentre outras questões fundamentais para a mudança radical de vida dessas pessoas. (Pereira, 2019, p. 290, grifos meus)

É digno de nota para nosso propósito, que Pereira aponta o sacramento da unicidade entre Educação de Adultos (EA) e Educação de Jovens (EJ) pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de 1996 como um equívoco. O autor sugere implicitamente, portanto, que o grupo etário “jovens” teria características e necessidades diferentes do grupo etário “adultos”. É uma questão de distinção de sujeitos da qual pouquíssimo se ouve falar no Brasil, mas que repetidamente é feita em políticas de outros países. O Conselho de Ministros Nórdicos, instituição oficial de cooperação dos governos dos países nórdicos, por exemplo, realiza essa distinção, como visto no relatório *Pessoas Jovens, Vulnerabilidades e Prostituição/Sexo por Compensação nos Países Nórdicos - Um Estudo de Conhecimento, Iniciativas Sociais e Medidas Legais*, de 2019¹. Segundo o Relatório, pesquisas mostram que as primeiras experiências das pessoas com a prostituição ocorrem na adolescência e que os jovens que já passaram pela experiência de vender ou negociar serviços sexuais constituem um grupo especificamente vulnerável e propenso a correr riscos (People, 2019). Quanto à definição de “jovem” adotada, o foco sugerido do projeto original do Conselho era de pessoas de 18 a 25 anos. Porém, como é apontado por pesquisas anteriores que pessoas com experiência de sexo por compensação com frequência tiveram sua primeira experiência antes da idade de 18 (como já citado), tal limitação de idade foi problemática de ser aplicada; assim, o conhecimento apresentado na literatura e nas entrevistas com profissionais determinou o que incluir (People, 2019, pp. 12-13)². Pereira, por sua vez, não definiu no artigo abordado o que classifica como “jovem” e o que classifica como “adulto”.

1Esta tradução não foi produzida pelo Conselho Nórdico de Ministros e não deve ser interpretada como oficial. O Conselho Nórdico de Ministros não pode ser responsabilizado pela tradução ou por quaisquer erros nela contidos.

2Esta é uma adaptação de uma obra original do Conselho Nórdico de Ministros. A responsabilidade pelas visões e opiniões expressas na adaptação é exclusiva da sua autora. As visões e opiniões contidas nesta adaptação não foram aprovadas pelo Conselho Nórdico de Ministros.

5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL, O PAPEL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA ESCOLA E DESAFIOS

Rebolho e de Sousa Fernandes (2012) aplicaram questionários a gestores e professores de duas escolas da rede estadual de ensino de um município do estado de São Paulo, com o objetivo de analisar as concepções desses profissionais da educação que convivem com a Exploração Sexual de Menores, crime no Brasil, e que, como já vimos, muitas vezes leva à prostituição de pessoas adultas. Eis seus achados, para efeito elucidativo de como se encontra a questão no Brasil:

Os dados dos questionários revelaram o despreparo dos gestores e professores ao trabalharem com questões relacionadas à sexualidade e à prostituição. Ficou evidente, também, que o Estado não prioriza a formação contínua dos docentes para trabalhar com questões que envolvem a sexualidade. A questão familiar também foi contemplada nesta pesquisa e pôde-se perceber que no Brasil, é notório que muitas famílias não são estruturadas dentro de um padrão mínimo de normalidade (normalidade entendida, aqui, como famílias que têm pais conscientes e comprometidos com a educação de seus filhos). (Rebolho; De Sousa Fernandes, 2012, p. 132)

Muitas delas [escolas] que convivem com o problema da exploração sexual de menores, na grande maioria, nem sequer trabalham essa questão, um assunto que pode ser explorado de diversas maneiras nas diferentes disciplinas. (...) Os professores recebem algumas orientações pontuais, oferecidas pela Diretoria de Ensino e/ou pelas escolas em que lecionam, no entanto, há necessidade de criação de cursos e orientações que capacitem de maneira crítica e consciente esses profissionais, pois grande parte deles se mostrou inseguros e alguns não capacitados para cumprir a orientação sexual de seus alunos. (Rebolho; De Sousa Fernandes, 2012, p. 133)

Fica explícita, portanto, a lacuna na abordagem e tratamento desse problema social, na Educação Básica regular assim como na EJA, e a urgência de formação em prevenção de educadores nesse tema. Considerando, conforme Ribeiro (1990), que “A escola está sendo a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como sendo o campo fértil e ideal para se dar orientação sexual” (p. 31). Finalizo a questão com as palavras de Rebolho e de Sousa Fernandes (2012) a respeito de como essa atuação de profissionais da educação é de importância tão fundamental que pode transformar a realidade de muitos jovens e de toda a sociedade, podendo até evitar a insurgência de muitos casos de violência bárbara das mais covardes:

A inserção do corpo docente no trabalho com esse tema [educação sexual] é um elemento facilitador para a efetivação e sustentabilidade de projetos e ações efetivas contra a exploração sexual das crianças e adolescentes que frequentam as

escolas. (p. 133)

Além da necessidade de toda a comunidade escolar estar comprometida com a educação sexual de seus alunos, é importante que a escola estabeleça parcerias que facilitem o desenvolvimento de ações voltadas para o processo de conscientização e orientação sexual de seus alunos. Procedimentos e atitudes educativas sexuais, nesse sentido, são modos de possibilitar o fortalecimento e a mudança dos desejos das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente que, em alguns momentos de sua vida, poderão ser transformados em protagonistas vitimizadas de sua própria história. (p. 134)

5.3 ALGUMAS OUTRAS PROPOSTAS

Marchi e Marchi (2009) escreveram o artigo *Relação entre Educação Profissional e Tecnológica e População de baixa renda: Estudo de caso em dez municípios baianos* que traz algumas notas que podem nos servir de inspiração:

destaca-se (...) que três gestores [de dez] declararam não adotar nenhum mecanismo diferenciado para o acesso da população de baixa renda àquela escola [Profissional e Tecnológica]. Para os demais, que disseram sim, dentre esses mecanismos se pode destacar o sistema de cotas e a reserva de vagas, implantados a partir de 2007 nas unidades do CEFET-BA, e nas Agrotécnicas (Marchi; Marchi, 2009, pp. 17-18).

Assim como é feito em escolas Profissionais e Tecnológicas do país para a população de baixa renda, propostas de inserção educacional para a população em prostituição seriam a de cotas e bolsas de estudo em Escolas Técnicas e Universidades.

Destaco a esse respeito a nota do Tribunal de Contas da União:

a natureza das reformas na Educação Profissional nos últimos 10 anos encerra potencial de ter dificultado o ingresso nas Ifets dos candidatos provenientes de grupos socialmente desfavorecidos. Nesse contexto, torna-se ainda mais necessária a existência de mecanismo para beneficiar o acesso à Educação Profissional de grupos socialmente desfavorecidos e/ou de baixa renda e garantir sua permanência"; e também o referente a "Acompanhamento de inserção de egressos no mercado de trabalho." (TCU, 2005, p. 22)

Um projeto nacional que é digno de nota aqui é o Projeto Reinserção Social Transcidadania, um projeto pioneiro lançado pela prefeitura da cidade de São Paulo em 2015, executado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em parceria com demais secretarias, de acordo com o tipo de assistência fornecida, como educação e saúde. Tendo surgido do reconhecimento da grande quantidade de pessoas autodenominadas travestis e transgêneros sem formação educacional em nível básico,

conforme já mencionado, que sobrevivem por meios de alta vulnerabilidade, como o da prostituição (Concílio; Amaral; Silveira, 2017).

com o intuito de fornecer a elas melhores condições de vida, a partir de iniciativas na escolarização e profissionalização, com vistas a um fortalecimento de conhecimentos acerca de seus direitos, ao desenvolvimento de estudos posteriores e/ou entrada em postos do mundo do trabalho formal. O Transcidadania estrutura diversas de suas ações a partir da escolarização. Para tal, o projeto previu o estabelecimento de parcerias com escolas públicas que oferecem classes de EJA, para a matrícula e acolhimento de estudantes oriundas/os do Projeto, a partir da formação de profissionais e sensibilização da comunidade escolar. (Carvalho; De Miranda, p. 5)

Deixo, portanto, como sugestão, uma ideia de projeto similar voltado a quaisquer pessoas em situação de prostituição, pelas Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania dos respectivos municípios, como foi feito com o Transcidadania, ou órgãos de similares competências, relativas a direitos humanos e/ou cidadania, ou Secretarias ou órgãos voltados para os direitos da mulher, se voltado especificamente para as mulheres em situação de prostituição.

Outra possível proposta de política para recolocação profissional de pessoas em prostituição, que não se menciona em nenhuma das referências pesquisadas, seria a de concessão de bolsas para aquisição de Carteira Nacional de Habilitação categorias C, D e E, para que essas pessoas, dentre as com ao menos 21 anos de idade, possam vir a exercer a profissão de motorista de van, ônibus ou caminhão. Notadamente, a prostituição é composta em larga maioria por mulheres e meninas, e as profissões de motoristas profissionais em larga maioria por homens. Na região metropolitana de Curitiba-PR, por exemplo, em 2015, pouco mais de 2% da categoria profissional de motoristas de ônibus era composta por mulheres (Setransp, 2015). Talvez por isso nenhum ou quase nenhum programa que trabalha com esse grupo tenha levado a cabo essa ideia, se é que chegaram a cogitar. No entanto, é uma possibilidade de profissão perfeitamente possível para quaisquer das pessoas do grupo que por ela possuam ou possam desenvolver interesse, com tempo de formação relativamente rápido, e que proporciona uma renda de classe média, o que certamente possibilita a superação da prostituição por necessidade econômica na maioria dos casos. Sugerimos uma pesquisa dentro do grupo para identificar a possibilidade de interesse por tal benefício.

5.4 O QUE PODEMOS APRENDER COM CLEONE SANTOS E O COLETIVO MULHERES DA LUZ

Mencionamos Cleone Santos anteriormente neste trabalho. Além do já mencionado longo histórico com prostituição, é relevante ressaltar que Cleone, hoje falecida, foi uma mulher negra de tom de pele retinto, histórico de pobreza e longo histórico de lutas sociais, inclusive em luta sindicalista e de moradia. Atuou com mulheres em situação de prostituição desde os anos 1980 e, em 2013, fundou o coletivo em parceria com a freira Regina Célia Coradin (Azevedo; Almeida, 2024).

O objetivo de Cleone era ajudar as mulheres em situação de prostituição na praça da Luz na cidade de São Paulo a ter acesso às políticas públicas existentes e, além disso, a sonhar e vislumbrar outras perspectivas de vida:

Dessa forma, o Coletivo passou a desenvolver projetos voltados à “formação técnica e humana”, com o objetivo de inseri-las no “mercado de trabalho formal” e “gerar renda” (Santos, 2019). Em 2016, o Coletivo passou a oferecer oficinas de alfabetização. A partir de 2018, o Coletivo firmou uma parceria com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), permitindo que as aulas de alfabetização fossem realizadas em outros espaços. Neste mesmo ano, o Coletivo promoveu oficinas de educação financeira, ministradas por estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac. Em relação às ações diretamente relacionadas à “geração de renda alternativa”, entre 2016 e 2017, o Coletivo, em parceria com outras instituições e pessoas, ofereceu “oficinas de artesanato” para mulheres interessadas, tais como oficinas de corte e costura, artesanato e pintura. Alguns produtos dessas oficinas foram vendidos e os lucros foram integralmente destinados às mulheres que os produziram (...). Em 2018, como “fruto do trabalho” do Coletivo, as fundadoras ainda ressaltam, nos relatórios internos, o fato de “quatro mulheres terem conseguido emprego como cuidadoras e uma como cabeleireira” (Azevedo; Almeida, 2024, p. 160)

Ainda com esse auxílio, muitas acharam insuficiente: “um número significativo de mulheres expressou o desejo de que o Coletivo as ajudasse com ‘mais cursos de formação e capacitação profissional’, como ‘cursos de costura, panificação, cuidadora de idosos, entre outros’” (Azevedo; Almeida, 2024, p. 183).

O Mulheres da Luz realiza atividades que Cleone denominava mais assistencialistas, como distribuição de cestas básicas, principalmente, como fizeram durante a pandemia de Covid em caráter emergencial; seu foco, entretanto, era o trabalho de conscientização:

Cleone defende que o Coletivo deveria atuar a partir de práticas que visam o “fortalecimento e o empoderamento das mulheres” (conversa com Cleone, out. 2021). Para alcançar esta “meta”, Cleone destaca a importância de um trabalho

cotidiano de “conscientização”, abordando temas como “o feminismo, a objetificação da mulher e o racismo que muitas sofrem” (conversa com Cleone, out. 2021). Além disso, Cleone também queria ensiná-las “a não se acomodarem nessa vida”, pois, para ela, a prostituição é uma forma de violência que produz “estragos terríveis na vida de uma pessoa”. Dessa forma, Cleone defende que o Coletivo deveria priorizar esse “trabalho político” em vez de se concentrar apenas em ações “assistencialistas” (Azevedo; Almeida, 2024, pp. 181-182)

E completava: “nós devemos trabalhar com elas, a partir de práticas que visam a autonomia, não a dependência delas” (Azevedo; Almeida, 2024, p. 184).

Queremos fazer questão de registrar a fala do coordenador do Mulheres da Luz, que atua há anos na administração da Organização da Sociedade Civil (OSC) que integra o Coletivo, ao relatar sobre seu objetivo de fortalecimento de autoestima dessas pessoas frente a uma realidade de dura violência, preconceito e exclusão, e com seus exemplos empíricos da ausência de simpatia e olhos da sociedade para esta população marginalizada em específico, comparativamente mesmo a outros grupos também marginalizados que, no entanto, recebem muito mais cuidado e simpatia, e o endosso de Cleone:

Estamos aqui para fazer política, fazer formação, mudar a vida das mulheres que querem que suas vidas sejam mudadas, ensiná-las que elas também são cidadãs e que possuem direitos como qualquer outra cidadã [...] essas mulheres sofrem muitos preconceitos, em todos os lugares, nosso trabalho é ajudá-las a criar essa autoestima para confrontar o mundo. O nosso trabalho é conversar com instituições, médicos de Unidades Básicas de Saúde e Serviços de Assistência Especializadas, conscientizar essas pessoas para essas mulheres terem bons atendimentos na região. Temos que mostrar para essas mulheres que elas (...) não estão em uma categoria inferior de humanos. Temos que lutar, por exemplo, para políticas públicas voltadas para essas mulheres, sabe? **Aqui na região você pode ver, tem tantas, mas tantas instituições que ajudam os moradores de rua, o pessoal da Cracolândia, mas não tem nenhum coletivo que atende essas mulheres além da gente. Além disso, não tem nenhuma política da prefeitura para essas mulheres. Nós somos os únicos que olha[mos] para essa população e a reconhece[mos] como uma população em situação de vulnerabilidade social.** Por isso, nós temos que lutar por políticas públicas direcionadas para essa população de mulheres (Azevedo; Almeida, 2024, p. 185, grifos nossos).

Cleone apontou, em diversas ocasiões, que as políticas públicas para essa população são escassas e, quando existem, frequentemente (...) estão estritamente ligadas à área da saúde, especialmente à questão das ISTs e HIV/Aids (Azevedo; Almeida, 2024, p. 152)

Mas de que se tratam essas políticas públicas específicas? Quais são as necessidades identificadas? Como conquistá-las? E que fazer diante da ausência delas por ações do governo? O trabalho etnográfico e documental de Azevedo e Almeida oferece algumas respostas:

Cleone sustentava que, somente a partir do trabalho contínuo de desconstrução (e

reconstrução) da imagem da prostituição que é possível legitimar a demanda por políticas públicas específicas para as mulheres em situação de prostituição. E quais seriam essas políticas públicas específicas? Ao longo do tempo, percebi que, quando Cleone e o Coletivo se referiam à busca por políticas públicas específicas para mulheres em situação de prostituição, estavam se referindo tanto aos direitos amplos previstos na Constituição Federal (1988) quanto aos programas de “prevenção à prostituição”, de “assistência às vítimas” e de “reparação social” previstos na Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (1950) — como aponta a cartilha “Mulher a vida é tua! Conheça os seus direitos e proteção!” (2009). No entanto, diante da inexistência dessas políticas governamentais, Cleone, por meio do Coletivo, sempre se esforçou para promover algumas iniciativas nesses sentidos (Azevedo; Almeida, 2024, p. 186)

O relato de uma entrevistada aponta para a necessidade de uma educação financeira para elas:

Eu só me arrependo de não ter conseguido segurar o dinheiro, de ter acreditado que o dinheiro sempre ia entrar daquela forma, mas não é assim. Depois de um tempo, você não é mais a novata da pista, você envelhece, engorda ainda mais, aí os clientes começam a ir embora. Se eu tivesse economizado, comprado pelo menos uma casa lá na ocupação onde moro, eu estaria bem melhor, não teria que pagar aluguel. Tem muita mulher aqui que fez isso, tem uma casa, a Amanda, a Laura (...) (Azevedo; Almeida, 2024, p. 200)

A pesquisa das autoras demonstra que a oferta de cursos gratuitos, somente, não basta para a frequência e conclusão destes. É necessária uma oferta de renda de sustento básico que a acompanhe para que as mulheres tenham os meios de poder comparecer. Além disso, demonstra como a assistência e oferta de cursos ajuda essas pessoas a descobrirem possibilidades de fontes de renda substanciais, nas quais muitas vezes jamais pensariam em pôr em prática por conta própria, e, portanto, a importância desses não só como alternativa de renda, mas como possibilidades de renda:

Em geral, antes da pandemia, os cursos voltados à “geração de renda alternativas” propiciados pelo Coletivo não ofereciam qualquer tipo de “bolsa”, assim sendo, poucas mulheres participavam dessas ações. A partir de alguns financiamentos, o Coletivo passou a oferecer uma “ajuda de custo” para as mulheres que estivessem participando dessas atividades — uma vez que era consenso entre as integrantes do Coletivo a necessidade de oferecer esse tipo de ajuda: “tem muitas mulheres aqui que até querem participar, mas não conseguem, porque precisam garantir o aluguel, as contas, se elas tem uma renda fixa, ainda que pequena, elas conseguem participar dessas atividades com maior tranquilidade” (caderno de campo, fev. 2023). Dessa forma, a partir de então, muitas mulheres demonstraram interesse em participar dessas atividades. Sílvia, assim como Laura, foi convidada no início da pandemia para participar das “oficinas de sabão” promovidas pelo Coletivo: “confesso que quando Cleone me chamou, eu não fui pelo sabão, mas pelo dinheiro [...] a gente produzia sabão, o Coletivo vendia e repassava a verba para gente, isso me ajudou bastante, o valor era metade do meu aluguel (Azevedo; Almeida, 2024, p. 212)

Finalizo este ensaio reflexivo com uma fala muito emblemática de Cleone Santos

a respeito de pelo que, e por quê, essa grande ativista lutava; esperando, humildemente, estar oferecendo uma contribuição que honre seu legado.

A prostituição é uma violência contra as mulheres porque a *grande parte* das mulheres que estão aqui, só estão aqui porque essa foi a melhor alternativa que elas encontraram. Ou seja, antes delas serem vítimas da prostituição, porque elas também sofrem muitas violências dentro desse contexto, elas são vítimas de um sistema machista, racista e capitalista. **É por isso que eu luto pelo direito dessas mulheres não terem que ser prostitutas** (Azevedo; Almeida, 2024, pp. 170-171, grifos nossos).

6 CONCLUSÃO

O trabalho trouxe o tema da prostituição como uma questão social. Demonstrou como se trata de uma população em situação de vulnerabilidade, que sofre níveis altíssimos de violência, onde se encontram largamente pessoas com baixos níveis de escolaridade, e que ampla maioria deseja, porém encontra grande dificuldade, para deixar a situação. Demonstrou por que e como a educação pode ser uma ferramenta para mudança desse cenário. Por fim, apresentou ideias, desafios e projetos em âmbito nacional e internacional de trabalho, em especial em nível de educação e profissionalização, com populações advindas da prostituição.

Algumas conclusões podemos afirmar com segurança após o desenvolvimento da pesquisa: primeiramente, que a demanda por um modo de vida e de sustento alternativo à prostituição é uma demanda social largamente ignorada ou menosprezada; no entanto, é fortíssima, enfrenta barreiras muito específicas e, definitivamente, é urgente.

Em segundo lugar, mesmo com auxílio, não é uma transição simples de se realizar. Sem auxílio, então, é para casos raros, e a população que anseia por esse auxílio segue em enorme sofrimento e vulnerabilidade. Percebe-se o quanto questões sociais que dizem respeito especificamente a mulheres, principalmente neste caso da prostituição, ainda não são levadas a sério enquanto questões sociais, nem de longe o tanto quanto precisam e merecem, em comparação com outras questões sociais. Certamente há razões para tal. Não me debruçarei aqui sobre isso, pois não faz parte do escopo deste trabalho.

Em terceiro lugar, mesmo frente à complexidade, ficou claro que essa transição é um desafio perfeitamente possível de ser enfrentado e superado. Porém, requer ajuda, mais do que de Organizações Não Governamentais, ao menos dessas, mas, sobretudo, de maneira séria, por órgãos oficiais. Já foi e é continuamente realizada em outros países, e pode ser realizada no Brasil também, onde a assistência social da prostituição se encontra ainda incipiente e tateante, sem termos ainda programas completos voltados a esse fim como há mundo afora.

Por fim, mencionei algumas vezes ao longo do desenvolvimento do trabalho, mas ressalto a *urgência* da realização de pesquisas de amplo escopo no Brasil, referentes à população atuante na prostituição ou em qualquer forma de atividade sexual, real ou virtual, por compensação; para que possamos refinar nossa pesquisa e com ela nossas propostas de projetos sociais e educacionais. Nossas possibilidades de seguimento são

bem limitadas sem a qualificação de informações a respeito dessa população. Se possível, indico a realização de ao menos uma pesquisa, preferencialmente com uma população representativa de todos os estados da Federação, ou ao menos de cada uma de todas as cinco regiões, compreendendo zona rural e urbana, com aplicação de questionário amplo.

Espero ter deixado algumas sugestões e reflexões pertinentes, não ainda para a criação de programas já completos, mas para que ao menos iniciemos com seriedade o pensamento voltado ao desenho de projetos sociais, visando a garantia dos direitos humanos fundamentais de toda a população, sem exclusões.

REFERÊNCIAS

- AFROREGGAE. *InfoReggae: Encontro Além do Arco-íris*, Rio de Janeiro, n. 21, 2013, p.1-5. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arco-Iris.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Editora Record. 2007.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- AZEVEDO, Ana Carolina Braga; ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Atravessamentos abolicionistas: a mulher em situação de prostituição tem o direito de sonhar*. 2024.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSOA, Samuel de Abreu. *Retorno da educação no Brasil*. 2008.
- BOTELHO, Stella Maris Nogueira. *Prostituição de adolescentes: uma imagem construída na adversidade da sociedade*. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm#art218b. Acesso em: 23 de nov. de 2024.
- _. Decreto-Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 02 de dez. de 2024.
- CARVALHO, Manuela Azevedo; DE MIRANDA, Luciana A. *TRANSCIDADANIA, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E A RETOMADA DA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL DE TRAVESTIS E MULHERES TRANS*.
- CONCÍLIO, Isabela; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula (Orgs.). *Transcidadania: práticas e trajetórias de um programa transformador*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/ Koinonia, 2017.
- CROWE, C., & Hardill, K. (1993). Nursing research and political change: The street health report. *Canadian Nurse* 89: 2 1-24.
- CUSICK Linda, HICKMAN Matthew. 'Trapping' in Drug Use and Sex Work Careers. *Drugs: Education, Prevention and Policy* 12(5): 369–79. 2005.
- DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. Emancipação Humana: Um Estudo Introdutório. *Revista Pleiade*, v. 3, n. 6, p. 101-118, 2009.

DE ALBUQUERQUE VIEIRA, Patricio; DE LIMA COSTA, Handson Aguiar. EDUCAÇÃO E PROSTITUIÇÃO: ENCONTRO OU DESENCONTRO?

DE AMORIM, Marcos Lourenço; DIAS, Francisca Gilliane Alencar. Retratos falados das trabalhadoras sexuais de Coxim. *Rascunhos Culturais*, v. 1, n. 1, p. 111-122, 2010.

ELIAS, N.; SOCTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FARLEY, Melissa *et al.* *Pornography Production Harm in Sweden: Filmed Prostitution is Inseparable from Non-Filmed Prostitution*. 2023. Disponível em: <https://prostitutionresearch.com/wp-content/uploads/2023/10/PornographyProduction-Harm-Cover-merged.pdf>/PornographyProduction-Harm-Cover-merged.pdf. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

FARLEY, M., & Barkan, H.; Prostitution, violence and posttraumatic stress disorder. *Women & Health*, 27 (3): 37-49. 1998.

FARLEY, Melissa *et al.* Prostitution and trafficking in nine countries: An update on violence and posttraumatic stress disorder. *Journal of trauma practice*, v. 2, n. 3-4, p. 33-74, 2004.

FERRAÇA, Mirielly; DA SILVA, Marcela Verônica. EXÍLIO E ERRÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A VIAGEM NOS DISCURSOS DE GAROTAS DE PROGRAMA. *Cadernos do IL*, n. 50, p. 221-234, 2015.

GLAESER, E. L.; PONZETTO, G.; SHLEIFER, A. Why does democracy need education? *NBER Working Paper Series*, 12.128. 2006.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC, 1981 [1963].

GOMES, R. *O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão*. São Paulo: Unimarco Editora. 1996, 284p.

GOVERNO FEDERAL. *Tribunal de Contas da União – TCU*. Conclusões do Relatório de Auditoria, 27/04/2005, SETEC/MEC.

GROSSMAN, Michael. Education and Nonmarket Outcomes, In: Hanushek, E.A., Welch, F. (ed.). *Handbook of the Economics of Education*. North-Holland, v.1, p. 577-633. 2006.

HESTER, M., & WESTMARLAND, N. 2004. Tackling street prostitution: Towards an holistic approach. *Bristol: University of Bristol*. 2004.

IBGE, *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua*. 2016/2023.

JEFFREYS, Sheila. *The Idea of Prostitution*. Spinifex Press, 1997.

LEON, C. S., & SHDAIMAH, C. S. JUSTifying Scrutiny: State Power in Prostitution Diversion Programs. *Journal of Poverty*, 16(3), 250–273. 2012.

LIMA, Francisca Sueli da Silva. *Violência contra as mulheres trabalhadoras do sexo e vulnerabilidade ao HIV/AIDS em 10 cidades brasileiras*. 2016.

LIM, L.L. (ed.) The Sex Sector: The economic and social bases of prostitution in Southeast Asia. *Geneva: International Labor Organization*. 1998.

LOCHNER, Lance & MORETTI, Enrico. The Effect of Education on Crime: Evidence From Prison Inmates, Arrests and Self-Reports, *NBER Working Paper Series* 8605. 2001.

MACHADO, Juliana Paulino *et al.* *Proposta de regulamentação da prostituição no Brasil: desmarginalização de uma profissão ou institucionalização da cafetinagem?* 2017.

MAYHEW, P., & MOSSMAN, E. Exiting prostitution: Models of Best practice. *Wellington: Crime and Justice Research Centre, Victoria University of Wellington*. 2007.

MOLINA, Ana Maria Ricci. Notas sobre o nível de escolaridade entre pessoas profissionais do sexo. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 23, n. 4, p. 940-958, 2021.

MUJAWAR, Jasmine Ara. *Relationship between Education and Poverty: A Case of India*. 2017.

OLIVEIRA, Thaís Zimovski; GUIMARÃES, Ludmila Vasconcelos; FERREIRA, Debora Pazzeto. Mulher, prostituta e prostituição: da história ao jardim do Éden. *Teoria e Prática em Administração (TPA)*, v. 7, n. 1, p. 139-169, 2017.

OSELIN, Sharon S. Leaving the streets: Transformation of prostitute identity within the prostitution rehabilitation program. *Deviant Behavior*, v. 30, n. 4, p. 379-406, 2009.

_, Sharon S. "Weighing the Consequences of a Deviant Career: Factors Leading to an Exit From Prostitution." *Sociological Perspectives*, vol. 53, no. 4, 2010, pp. 527–50.

_, Sharon S.; WEITZER, Ronald. Organizations working on behalf of prostitutes: An analysis of goals, practices, and strategies. *Sexualities*, v. 16, n. 3-4, p. 445-466, 2013.

OUSPENSKI, A. (2014). Sex work: Transitioning, retiring and exiting. *Vancouver: Ministry of Justice*.

PAIVA, Eric. *A Dura Vida de uma Vida Fácil | documentário sobre prostituição*. YouTube, 18 de jan. de 2013. 1 vídeo (18 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9U51rcpHqMk>. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press. 1988.

PEOPLE, Young. Vulnerabilities and Prostitution/Sex for Compensation in the Nordic Countries. *Nordic Council of Ministers, Danmörk*, 2019.

PEREIRA, Antonio. Os sujeitos da EJA e da educação social: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Práxis Educacional*, v. 15, n. 31, p. 273-294, 2019.

PRIBERAM. *Prostituição*. 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/prostituição>. Acesso em: 7 de dez. De 2024.

PRIS GOALS. *Pris*, 2025. Disponível em: <http://www.nätverketpris.se/goals.html>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PROJETO Mapear. *Polícia Rodoviária Federal*. 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOWU0OTgyZGYtZGI1NS00NzQxLTlhNmMtNWQxMWE1MDNiYzdiliwidCI6ImU4ZjU4NDIiLTViMTUtNGMyZi1iNGYzLTAzODZiNjA0OTcxZSJ9>. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

RABINOVITCH, Jannit. 2004. "PEERS: The Prostitutes' Empowerment, Education and Resource Society." *Journal of Trauma Practice* 2 (3–4): 239–53. doi:10.1300/J189v02n03_14.

RAYMOND, Janice G. *Not a choice, not a job: Exposing the myths about prostitution and the global sex trade*. Potomac Books, Inc., 2013.

__, Hughes, D.M., & Gomez, C.J. Sex Trafficking of Women in the United States: International and Domestic Trends. *Coalition Against Trafficking in Women, Amherst, MA*, 2001.

REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo; DE SOUSA FERNANDES, Silvia A. Exploração sexual de menores e o papel da instituição escolar. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 7, n. 1, p. 123-135, 2012.

RIBEIRO, P. R. M. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. Tradução de Magna Lopes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

SANDERS, T. Becoming an ex-sex worker: Making transitions out of a deviant career. *Feminist Criminology*, 2(1), 74-95. 2007.

SANDY, Larissa; MEENAGH, Joni; NES-IADICOLA, Petrea. Transitioning programs for sex workers: Evidence review report. *Star Health*, 2019.

SCULLY, E. Pre-Cold War Traffic in Sexual Labor and Its Foes: Some Contemporary

Lessons 74-106. In D. Kyle & R. Koslowski (eds.) *Global Human Smuggling: Comparative Perspectives*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.

SENNÁ, Ana Gabriella Carvalho de. *A regulamentação da prostituição e a proteção constitucional ao trabalho: o projeto força feminina e as mulheres em situação de prostituição do Centro Histórico de Salvador*. 2018.

SCHREINER, L., Paim, L. L., Ramos, F., Cunha Filho, E. V., Martins, D. M., Silva Junior, C. L., Baú, M. C., Cardinal, T. M., Furtado, N. R. & Picon, P. Prevalência de Sintomas Depressivos em uma Amostra de Prostitutas de Porto Alegre. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 26(1): 13-20. 2004.

SETRANSP. Disponível em <http://empresasdeonibus.com.br/>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

SILBERT, M. H., & PINES, A. M. Sexual child abuse as an antecedent to prostitution. *Child Abuse and Neglect* 5: 407-411. 1981.

_. Early sexual exploitation as an influence in prostitution. *Social Work* 28: 285-289. 1983.

_. Victimization of street prostitutes. *Victimology* 7 (1-4): 122-133. 1982.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira *et al.* Ser prostituta: o sentido do trabalho moralmente inaceitável. *Gestão. Org*, v. 11, n. 2, p. 215-246, 2013.

SILVA, Luiz Etevaldo. O sentido e significado sociológico de emancipação. *Revista e-curriculum*, v. 11, n. 3, p. 751-765, 2013.

SOF Sempre Viva Organização Feminista. *Nosso Corpo Nos Pertence?* YouTube, 20 de fev. de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UvS4hwSa8So>. Acesso em: 1 de dez. De 2024.

SOUSA, Lorena de Barros Teixeira. *Agenda-setting Das Políticas Públicas Para Mulheres: Uma Análise Dos Múltiplos Fluxos Do PL Gabriela Leite*. 2024.

SOUZA, Igor Soares et al. Análise do perfil demográfico e clínico dos profissionais do sexo Analysis of the demographic and clinical profile of sex workers. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 4, p. 17028-17042, 2021.

SMITH, Robin. *Stated desire to exit the sex industry, a meta analysis*. Substack, 18 de jan. de 2025. Disponível em: <https://substack.com/@sexindustryres/p-154672911>. Acesso em: 22 de nov. de 2025.

TABUCHI, Mariana Garcia; DOS SANTOS, Andressa Regina Bissolotti. Violência e prostituição: reflexões acerca da omissão estatal no Brasil. *Captura Críptica: direito*,

política, atualidade, v. 9, n. 1, p. 75-89, 2020.

UK Network of Sex Work Projects (UK NSWP). Good practice guidance – Working with sex workers: Exiting. *Manchester: UK Network of Sex Work Projects*. 2008.

VERARDO, M. T.; REIS, M. S. F.; VIEIRA, R. M. *Meninas do porto: mitos e realidade da prostituição infanto-juvenil*. São Paulo: O Nome da Rosa, 1999. 144p.

WALTMAN, Max. Pornography and Men's Violence Against Women, Part 2. *Pornography and Prostitution: A Report on Exploitation and Demand*, edited by Unizon, p. 31-108, 2016.

WEISBERG, D. K. 1985. Children of the Night: A Study of Adolescent Prostitution. *Lexington: Lexington Books*.